



# Anais da Assembléia

Nº 011

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB – 12:** Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bilon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 06:** Élio Lino Rusch - Basilio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE N° 01/93

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Título II, Capítulo III, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII do Artigo 20 do Regimento Interno.

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra, Algaci Túlio, Mário Bezerra, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Neivo Beraldin, Edson Silva Lino, José Alves, Alceu Swarowski, Ovídio Constantino, Emilia Belinati, Nelson Garcia, Geraldo Cartário, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Severino Félix, Toti Colaço e Nereu Moura, na Sessão Ordinária do dia 02/03/93, com fundamento no disposto pelo § 3°, do Artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de cento e vinte (120) dias, para apurar, possíveis irregularidades na violação de direitos de menores e trabalhadores bóias-frias no Paraná, devendo a Mesa ser constituída por dois (02) Deputados do PMDB, e, por um (01) Deputado do PP, BPI, PFL, PTB e PDT, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 03.03.93

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

3° SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 008.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1993.  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colmbino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Seve-

rino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, César Silvestri, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Dalton Machuca, Ernani Pudell, João Preis e Luiz Henrique Bona Turra (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata de sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n° ATCC 3609/93, do Senhor CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitadas pelo Senhor Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES à Secretaria Especial da Política Habitacional, sobre "os Projetos dos Núcleos Habitacionais Cará-Cará e Pimentel". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 3688/93, do Senhor CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitadas pelo Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO ao Governo do Estado, sobre "as viagens realizadas pelo Deputado RUBENS BUENO, quando Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social." Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho pelo presente alterar o Ofício n° 002/93, no qual indico os nomes dos Senhores Deputados para comporem as Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

Suplentes

Onde se lê:  
Antônio Annibelli

Onde se lê:  
Nelson Justus

Leia-se:

Nelson Justus

Leia-se:

Antônio Annibelli

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:****Titulares**Onde se lê:

Nelson Justus

Leia-se:

Antônio Annibelli

Nas demais Comissões prevalecem as indicações constantes do Ofício n° 002/93.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Líder do BPI

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Ao mesmo tempo em que cumprimentamos Vossa Excelência, vimos através desta, indicar os nomes dos vice-líderes do Partido Progressista - PP, do Estado do Paraná nesta Casa.

- ANTÔNIO COSTENARO NETO

- JOÃO PREIS

- JOSÉ ARTHUR RITTI

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do PP

**Requerimentos:****REQUERIMENTO N° 207**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 25/93, de sua autoria, que corrige a redação do Art. 1° da Lei n° 9.183, de 08.01.90, que criou o Município de Bom Sucesso do Sul.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) NEREU MOURA

**REQUERIMENTO N° 208**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação em bloco para os vetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO N° 211**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam tomadas as providências necessárias para o cumprimento urgente do

Art. 34, XXI, da Constituição Estadual, da creche para filhos dos servidores, por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamto: Algaci Túlio, Paulo Maia, Luiz Carlos Zuk e Colombino Grassano.

**JUSTIFICATIVA:**

A intenção da presente proposição é de mais uma vez reivindicar o cumprimento de norma constitucional que garante creche aos filhos de servidores públicos. Este direito foi inserido em nossa Carta Estadual, através de emenda subscrita pelos próprios Parlamentares, mas até agora não o vemos cumprido, o que deveria ter acontecido logo após a sua promulgação, em 05 de outubro de 1989.

Volto, através desta Proposição, a justificar a necessidade desta garantia, pois a mulher ou o próprio homem necessitam da garantia de que seus filhos estejam bem, para que possam trabalhar com tranquilidade. Temos ainda que lembrar: a crise nacional é grande, nossos servidores ganham pouco e não têm condições de deixar os filhos em casa com uma companhia.

Enfim, a norma constitucional é a nossa maior norma, devendo ter cumprimento imediato. Em nosso Estado só o Poder Judiciário a cumpre, ficando os outros dois Poderes, Executivo e Legislativo, sem atender ao princípio constitucional.

E ainda esta norma em especial é uma norma constitucional de eficácia plena, e desde a entrada em vigor da Constituição, produz todos os efeitos essenciais e a sua aplicabilidade é direta, imediata e integral, não necessitando de legislação integradora.

**REQUERIMENTO N° 217**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata da presente Sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do conceituado médico Doutor César Pernetá, ocorrido no último sábado, nesta Capital.

Trata-se de uma perda irreparável para a medicina e principalmente para a Pediatria do Paraná e brasileira.

O passamento, ocorrido aos 86 anos, deixa uma lacuna na classe médica que tanto o respeitava. Autor de diversos livros, professor catedrático da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, também, "Honoris Causa" da Universidade do Paraná, recebeu, entre tantas honrarias, o prêmio "Astra de Medicina e Saúde Pública" pelos serviços prestados na área materno-infantil.

Outra homenagem prestada pelos colegas

de profissão, pacientes e benfeitores, enfim, pela comunidade curitibana, ao trabalho realizado pelo brilhante médico, foi a escolha de seu nome para o hospital pediátrico que funciona conjuntamente com o Pequeno Príncipe.

Requer que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de sua filha, dona Laura Pernetta Almeida, no seguinte endereço: Rua Frederico Cantarelli, n° 831 - Bigorrrilho - Curitiba - PR - 80.710-240.

Pelo que representou em vida, pela brilhante vida acadêmica iniciada em 1929 na UFPR, pelas obras publicadas, pelo carinho para cada paciente e principalmente pelo caráter de cidadão de bem, confiamos na aprovação desta proposta, como homenagem póstuma ao ilustre paranaense.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

#### REQUERIMENTO N° 222

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo um voto de profundo pesar pelo falecimento do médico César Pernetta, ocorrido no dia 06 de março próximo passado, nesta Capital.

Um dos nomes mais importantes da história da pediatria brasileira, César Pernetta é autor de diversos trabalhos sobre medicina infantil e lecionou nas universidades federais do Paraná e do Rio de Janeiro, onde integrou bancas examinadoras de doutoramento.

A excepcional dedicação e espírito estudioso de César Pernetta justificaram-lhe a concessão de diversos prêmios e menções na área médica, destacando-se o título de Professor Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná.

O nome de César Pernetta foi escolhido, há anos, para batizar o hospital pediátrico que funciona conjuntamente com o Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, atendendo a crianças, principalmente das faixas mais carentes da população.

O passamento de César Pernetta não o afasta de nós, pelo contrário, a vasta folha de serviços desse honorável homem o registra indelevelmente na história do Paraná e do País, como um dos maiores expoentes da pediatria brasileira.

Que se manifeste à família enlutada os mais sinceros votos de pesar pelo falecimento do inesquecível Dr. César Pernetta.

Sala das Sessões, em 08.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 210

Senhor Presidente.

O Dia Internacional da Mulher é a data que reverenciamos aquela pessoa que nos traz ao mundo, a nossa esposa companheira de todas as horas, a nossa irmã, nossa amiga, enfim o complemento da vivência do homem no planeta.

Por isso nesse dia desejamos prestar nossa homenagem a todas as mulheres do mundo.

Sala das Sessões, em 08.03.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 221

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações aos formandos da turma "Fábio Alessandro Túlio", do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná.

No dia 06 de março próximo passado, em solenidade que fugiu completamente ao convencionalismo e primou pela criatividade, a Universidade Federal do Paraná conferiu o grau superior aos novos comunicadores sociais do Paraná: Jornalistas, Relações Públicas e Publicitários.

São eles: Ana Paula Camargo, Anuschka Reichmann Lemos, Dalva Cristina Cortez, Daniela Osellame, Danilo Tozo Jr., David Mafra, Jean Claude Lima, Joseane Grando Sampaio, Luís Augusto Grocoske, Lycia Tramuja Vasconcellos, Roberta Ferraz de Almeida, Vanessa Cristine Machado, Antonio Carlos Florenzano, Carlos Alexandre Gonçalves, Dirk Lopes da Silva, Dulcinéia Tripadalli, Eduardo Emílio Fenianos, João Augusto Moliani, Luiz Witiuk, Soraya Vieira Wolff, Susi Any Caponi Coelho, Taro Jinbo, Adriana Machado Casali, Ana Cecília Rodachinski, Andréia Carla Kirst, Josiane Cristina Schroh, Liege Mazanek, Lucilene Correa Granzotto, Mara Lúcia Kaminski, Suzana Franco da Silva e Zenaide Inês Zimmermann.

Propor o presente voto de congratulações é manifestar o melhor desejo de abraçar fraternalmente cada um desses jovens, egressos da Universidade, para integrar o concorrido mercado de trabalho na comunicação social brasileira, imbuídos de verdadeiras intenções de colocar seus braços na luta para transformação de nossa realidade social.

Que este documento represente o voto sincero de êxito na carreira de cada um dos nossos formandos, bem como os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo do Paraná pela vitória expressa na conquista do diploma de curso superior.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de louvor ao Tenente Coronel Dilson Antonio Consentino, Comandante do 9° Batalhão da Polícia Militar, pelo excelente trabalho realizado na Operação Verão 92/93.

Sala das Sessões, em 08.03.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

Na atualidade brasileira quando é notório em todo o Brasil os aumentos dos índices de criminalidade, e o trabalho das Polícias Militares se tornam em alguns casos insuficientes, o Paraná através da brilhante atuação do 9° Batalhão da Polícia Militar do Estado realizou durante mais de cem (100) dias um trabalho árduo cujos resultados foram positivos em favor da coletividade paranaense, onde todos os setores ligados a Operação Verão 92/93, funcionaram a contento, mostrando um serviço bem esquematizado, com a participação efetiva de todos os milicianos em suas diferentes áreas da atuação, cujo registro deve ser feito publicamente.

O Litoral Paranaense recebeu durante o verão que vai se encerrando milhares de veranistas, e todos sentiram a atuação de primeira linha realizado pelo Tenente Coronel Dilson Antonio Cosentino, Comandante do 9° Batalhão da Polícia Militar, e também Comandante Geral da Operação Verão 92/93, que participou ativamente de todas as ocorrências, buscando sempre encontrar soluções favoráveis à comunidade, principalmente nas horas mais difíceis.

Mostrando sua condição de militar brioso, cômico de suas responsabilidades, foi além do sistema de caserna e da própria atividade tradicional mostrando um zelo público para a coletividade, daí a razão dessa nossa proposta de Voto de Louvor, que solicitamos seja dado conhecimento ao interessado para que transmita a todos os participantes da Operação Verão 92/93, essa nossa proposição.

Também solicitamos que a nossa iniciativa seja comunicada as seguintes autoridades nos respectivos endereços:

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, Secretário de Segurança Pública José Moacir Favetti, Comandante Geral da Polícia Militar Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, para que determinem a constatação na Ordem do Dia daquela Corporação Militar esse Voto de Louvor, bem como seguindo o Código Militar sejam feitas as respectivas anotações de praxe na ficha funcional do citado militar ora recebedor desse nosso Voto de Louvor.

## REQUERIMENTO N° 223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor ao Núcleo de Educação de Cascavel, na pessoa da sua dirigente, Professora Maria Aparecida Guisardi, e funcionários daquele organismo, em função do excelente trabalho que vem sendo desenvolvido, visando o aperfeiçoamento do setor de educação e a melhoria do nível de ensino da região, bem como seja enviada cópia do presente à chefia do Núcleo.

Sala das Sessões, em 08.03.93

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Temos acompanhado o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Educação em Cascavel, sob a direção da Professora Maria Aparecida Guisardi, que tem juntamente com seus auxiliares empreendido esforços sempre com o objetivo de aperfeiçoar o setor de educação e a melhoria do nível de ensino na região, cuja dedicação é por nós reconhecida, merecendo por isso a sua dirigente e todo o corpo de servidores do Núcleo a nossa mais alta consideração, razão pela qual registramos nesta Casa um voto de louvor, forma que encontramos para agradecer esse magnífico trabalho realizado em prol da educação.

## REQUERIMENTO N° 206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando os estudos necessários objetivando a criação da 2.<sup>a</sup> Vara Criminal na Comarca de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

O pedido em apreço justifica-se pela necessidade premente da Comarca de Pato Branco contar com mais uma Vara Criminal, visando a prestação de uma justiça mais célere e eficaz na área penal, de vez que é elevado o número de processos em andamento na única Vara Cível existente na Comarca, conforme se observa da Certidão que acompanha o presente, expedida pela mesma.

## REQUERIMENTO N° 209

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Diretor do I.M.L. do Paraná, a fim de que medidas urgentes sejam tomadas para o funcionamento do I.M.L. de Ponta Grossa, que

está quase parado em atendimento à cidade, e à região dos Campos Gerais.

Em anexo está consubstanciada a matéria do I.M.L. em recortes de jornal.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Secretário Nacional dos Transportes, expediente solicitando o recapeamento da BR-277, trecho entre Município de Irati e a localidade de Relógio.

Tal encaminhamento, é de premente necessidade, pois o atual trecho encontra-se intransitável, ocasionando assim inúmeros acidentes rodoviários, com a conseqüente morte de diversas vítimas.

Outrossim, aquele trecho é de fundamental importância, no que tange ao escoamento agrícola da Região de Irati, notadamente quanto ao fator econômico.

Sendo assim, este Parlamentar aguarda as devidas providências.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário dos Transportes, para que sejam executadas as obras de construção dos acostamentos das Estradas Estaduais: PR-364 - Irati-Guamirim (Lagoa) e PR-153, Irati-Rebouças (Vila São João), no Município de Irati, conforme entendimentos já mantidos com o Senhor Secretário dos Transportes.

Tal postulação justifica-se, tendo em vista que aquelas rodovias possuem um grande fluxo de pedestres e veículos, sendo os pedestres, em sua maioria, constituídos de trabalhadores e estudantes, colocando em risco a vida de inúmeros transeuntes que se beneficiam direta e diuturnamente daquelas rodovias.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do DNER, Regional do Paraná, expediente solicitando a implantação de um Trevo, no local de acesso

Curitiba, segunda, em 08.03.93

principal ao Distrito de Guamiranga, no Município de Imbituva, o alargamento da ponte sobre o Rio Tibagi, na BR-373, que liga o Município de Ponta Grossa à Imbituva, bem como a implantação de redutores de velocidade nas proximidades daquela ponte.

Tais providências ficarão de bom tamanho, tendo em vista que naquela localidade, diversos são os acidentes automobilísticos, ceifando muitas vidas que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Lázaro Barboza, Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, referente a reivindicações dos agricultores do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

Apoiamto: Domingos Carvalho, Orlando Pessuti, Djalma de Almeida César, Nereu Alves de Moura, Oswaldo Trevisan, Eurides de Moura e Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

A área média de plantio de algodão no Paraná nas safras de 86/87 a 90/91 foi de 475.000 ha, com produtividade média de 1800 Kg. por hectare. Na safra de 91/92 a área de plantio cresceu para 704.000 hectares, em razão dos bons resultados obtidos pelos cotonicultores na safra anterior.

No entanto, devido ao prolongado período de estiagem ocorrido em janeiro de 1992, aliado ao excesso de chuvas verificados nos meses de fevereiro, março e abril de 1992, a produtividade desta safra caiu para 1300 Kg por hectare. Isso fez com que muitos cotonicultores não pudessem pagar o seu custo de produção e recorressem ao PROAGRO, outros ficariam indvidados com os agentes financeiros e as cooperativas.

Já na safra 92/93, ocorreu forte re-tratação na área de plantio do Estado, passando de 704.000 hectares para 400.000 hectares.

Também nesta safra, a cultura foi prejudicada pela estiagem de dezembro de 1992, que deixou comprometida a produtividade, principalmente na região norte do Estado, e especialmente nos solos de arenito. Esta nova frustração na produtividade de algodão poderá motivar uma nova redução de área para a safra 93/94.

A redução da área de plantio da cultura de algodão traz graves problemas para o Estado. Mas a nível social que a situação torna-se mais grave, visto que a cultura

sempre representou a oportunidade de trabalho para um grande contingente de pessoas no mês de outubro, quando se iniciam as capinas e raleações até abril, quando findam as colheitas.

A drástica redução na área da cultura deixou um grande número de desempregados.

Os agricultores, por sua vez, indivíduos pela baixa remuneração do produto no mercado de alto custo de produção estão abandonando a atividade e vários grupos de pequenos produtores estão vendendo suas propriedades para saldar dívidas junto a agentes financeiros, deslocando-se para as cidades, engrossando a fila dos sem-terra nas periferias.

As dívidas dos produtores de algodão crescem de tal maneira que atingem proporções inaceitáveis com as atuais correção e taxas de juros impostas pelos credores. Esta situação não difere para os produtores de soja, trigo, milho e café. Portanto Senhor Ministro, as lideranças rurais reunidas com estes Deputados reivindicam medidas urgentes para salvar do caos os agricultores, bem como a recuperação do nível de emprego gerado pela atividade agrícola, evitando com isto uma convulsão social no campo.

Abaixo relacionamos as principais reivindicações das lideranças do setor agrícola da região:

1 - Prorrogar dívidas de pequenos e médios produtores, transformando-as em equivalência produto com atualização do preço mínimo.

Levantamento realizado na região de Cornélio Procopio junto às agências do Banco do Brasil, constatou que cerca de 1500 contratos estão pendentes, sendo corrigidos pela TR. Com a frustração na safra de algodão de safra 92/93, estima-se que mais de 1000 contratos terão que ser prorrogados, totalizando 2.500 contratos. Deste total, 90% referem-se a custeio de algodão.

O endividamento dos produtores de algodão junto às Cooperativas é bastante significativo. Estes produtores adquiriram insumos básicos em troca do produto no caso algodão. Por ocasião da troca, o produtor comprometeu parte da produção de algodão tipo 6 para o pagamento da dívida. Com a frustração ocorrida, o produtor comprometeu ainda mais a sua produção, pois o tipo predominante nesta safra é inferior ao contrato que representa maior quantidade do produto, pois o deságio entre tipos chega a ser 50% em relação ao tipo básico.

2 - Eliminação do rebate do PROAGRO, redução do custo, agilização na liberação da indenização após deferimento. Cobertura de PROAGRO, para os produtores que plantam com recursos próprios.

A eliminação do rebate do PROAGRO, pa-

ra os produtores, significa maior indenização. Com as constantes frustrações ocorridas principalmente na cultura de algodão, o produtor recebe uma cobertura quase insignificante e pagando um percentual muito alto em relação à indenização a que tem direito.

3 - Taxar a importação de algodão em pluma.

4 - Liberação de recursos para EGF em quantidades suficientes, principalmente para o algodão, milho e soja.

Estamos em plena colheita das culturas de milho e algodão e faz-se extremamente urgente a liberação de recursos, em volume suficiente e em tempo oportuno, de forma a garantir aos produtores a boa comercialização da sua produção.

5 - Eliminar a dupla tributação INSS com a volta do FUNRURAL.

Com a alteração da cobrança do INSS - Pessoa física, conforme a Lei 8540/92, entendemos que haverá bi-tributação sobre a produção da presente safra 92/93, tendo em vista que os proprietários rurais já pagaram a folha de pagamento o INSS, desde o início do plantio, ou seja, setembro/92 e continuarão pagando até março ocasião em que entrará em vigor a nova lei.

6 - Subsídio para produtos da cesta básica e algodão. Subsidiar a produção de alimentos que compõe a cesta básica e a cultura do algodão como forma de incentivo para o aumento de área a fim de gerar mais emprego e demanda de mão-de-obra na colheita do produto.

7 - Vigilância, controle, fiscalização através de planilhas de custo nos insumos agropecuários especialmente nos oligopólios e monopólios.

O índice de paridade produto x insumos tem sido desfavorável ao produtor nestes últimos anos.

É necessário a recuperação do poder de compra dos agricultores, para que estes acompanhem o desenvolvimento tecnológico e melhorem a produtividade de suas lavouras.

8 - Redução da carga tributária em cima dos produtores agrícolas.

As pesadas tributações impostas sobre os produtos agrícolas tem contribuído pelo fracasso do setor. A redução destes tributos reverterá em maior investimento na produção de alimentos.

9 - Acabar com a TR nos financiamentos agrícolas. A correção dos financiamentos agrícolas pela TR é inviável e impraticável no entender das lideranças rurais, que solicitam a eliminação de qualquer modalidade de correção sobre os empréstimos agrícolas e solicitam a instituição da equivalência produto com a utilização dos preços mínimos.



10 - Recursos para diversificação da produção. Exemplo: Fruticultura, olericultura e outros.

A diversificação da produção é uma necessidade dos produtores pois a monocultura tem sido um dos fatores do insucesso da atividade agrícola. O financiamento de outras atividades agropecuárias incentiva a diversificação da produção.

11 - Repasse da rede de armazéns do extinto IBC para as cooperativas na forma de comodato.

É a forma de solucionar os problemas da falta de espaço para a armazenagem enfrentados por estas entidades.

REQUERIMENTO N° 220

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Ministério da Infra-estrutura, solicitando providências para recuperação da BR-277, trecho entre Irati e Relógio, neste Estado.

O trecho acima descrito acha-se em precárias condições de tráfego, obrigando os usuários da rodovia a desviarem por Ponta Grossa, o que implica num acréscimo de quarenta quilômetros ao trajeto e problemas de toda ordem.

É necessário destacar a importância da rodovia para a vida econômica do Estado do Paraná, sobretudo, para os produtores rurais da região.

Por fim, cabe registrar que as péssimas condições da BR-277 concorrem para elevação do número de acidentes na localidade supramencionada, oferecendo consideráveis riscos à vida dos motoristas que por ali trafegam.

Diante disto, confiamos nas sérias providências do Ministério da Infra-estrutura e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para solução urgente do problema apresentado.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual da Fazenda, Heron Arzua, solicitando as seguintes informações:

1 - Qual a receita do Estado com discriminação de fonte, no exercício de 1992?

2 - Quais foram as despesas na área de educação no exercício de 1992?

3 - Quais foram as despesas estaduais na área de educação com pessoal, ativos e

inativos, no exercício de 1992?

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 051/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1°- Todas as doações de sangue, para qualquer finalidade; as doações de esperma para inseminação artificial e doações de órgãos para transplante serão precedidas de realização do Teste HIV - Anti Aids.

§ 1°- Os testes deverão ser realizados por todos os postos coletores de sangue, esperma e órgão para transplante, que assegurarão este serviço aos doadores e receptores.

§ 2°- As inseminações artificiais só poderão ser realizadas 06 (seis) meses após a doação, verificada, novamente, neste prazo, a sanidade do doador.

§ 3°- Em relação aos órgãos retirados para transplante, os exames devem ocorrer de imediato, garantindo-se a sanidade do doador.

Artigo 2° - O Governo do Estado, através da Secretaria do Estado da Saúde assegurará a realização dos testes HIV - Anti Aids, em todas as unidades sanitárias, e terá a incumbência de fiscalizar o fiel cumprimento desta lei.

Artigo 3° - Caberá ao Governo do Estado promover, através das Unidades Sanitárias, campanha de esclarecimento sobre a obrigatoriedade da realização dos testes HIV, em todos os bancos de sangue, de coleta de esperma para inseminação artificial e de retirada de órgãos para posterior transplante.

Artigo 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

É aterrador o quadro futuro que se pinta no Brasil em relação à Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida - Aids, já admitida por muitos cientistas como o mal do milênio. Doença infecto-contagiosa que continua a crescer em índices alarmantes em nosso País e no mundo, alcançando já considerável percentual de heterossexuais, sem que as autoridades sanitárias consigam reduzir esta incidência.

É freqüente nos depararmos com tristes considerações tecidas pelas maiores autoridades do planeta em relação à Aids no Brasil. Segundo técnicos e cientistas do mundo inteiro, o Brasil muito em breve se-



rá o País com o maior número de pessoas aidéticas do mundo, suplantando os Estados Unidos que ocupam hoje esta cruel posição.

Isto porque, segundo as autoridades médicas, no Brasil o governo continua sendo criticado por posturas que não condizem com as medidas preventivas práticas adotáveis e necessárias a combater o mal, e devem, por isso mesmo, lançar mão de decisões rígidas para combater a doença.

É óbvio que não desejamos que o Brasil continue figurando nas estimativas e estudos mundiais, atrás dos países do terceiro mundo, como um País onde muito pouco tem-se feito para combater e controlar a doença.

Segundo as autoridades mundiais no assunto, pasmem, estamos muito atrás de países africanos quando se fala em prevenção à Aidas.

Provado está, que só orientações acanhadas à população não resultará na reversão de uma situação que mostra-se prestes a tornar-se calamitosa.

Há que se buscar instrumentos mais adequados para combater-se o mal de forma eficaz e exemplar.

Por isto, deve o Estado do Paraná adotar, como os Estados modernos do mundo já o fazem, medidas práticas, eficazes e preventivas ao mal, cuja contaminação vem sendo verificada nos transplantes de órgãos, doações de sangue e de espermatozoides.

Com providências preventivas obrigatórias, como a que trata a presente matéria, o Estado passa a contribuir de modo mais eficaz e efetivo no combate à propagação do chamado mal do milênio.

O Estado do Paraná deve também aqui servir de modelo para o restante do País, bastando para isto implementar ações até simples, mas que até o momento não foram por absoluto distanciamento dos governantes, ao tratar de um problema crônico que nos afeta e ao mundo inteiro.

Por estas razões, solicito o apoio dos ilustres Pares que formam esta Casa de Leis para a aprovação destas medidas que visam minimizar os graves problemas acarretados por esta terrível doença.

PROJETO DE LEI N° 052/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Força Verde Mirim, FVM, no Estado, como especifica:

§ 1° - A FVM recrutará menores na faixa etária de 12 a 17 anos incompletos, que estejam devidamente matriculados na rede estadual/municipal de ensino, os quais passarão por teste seletivo elaborado pela

Polícia Florestal do Paraná;

§ 2° - Os jovens recrutados que atingirem a idade máxima especificada, e tiverem mais de 1 (um) ano de atividade na FVM, terão garantido sua incorporação na Polícia Florestal automaticamente.

Art. 2° - A Força Verde Mirim, FVM, será mantida através de dotação orçamentária da Secretaria de Segurança Pública do Estado e supervisionada pela Polícia Florestal do Paraná.

§ 1° - Como forma de incentivo, cada jovem apto à FVM, perceberá a importância de meio salário-mínimo mensal;

§ 2° - Os integrantes da FVM, receberão vestuário, alimentação e ficarão sob a supervisão do comando da Polícia Florestal do Paraná;

Art. 3° - O tempo de permanência do recrutado, aprendizado, local de funcionamento, locais de atuação, normas de disciplina, será regulamentado pela Polícia Florestal do Estado.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.93

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A criação da FVM prende-se ao fato de que precisamos orientar as crianças e ao mesmo tempo dar ocupação, fazendo com que aprendam o sentido de preservação e proteção de nosso meio ambiente.

Os baixos salários de nossos trabalhadores os levam a colocarem os seus filhos para trabalharem desde cedo, como é o caso dos bóias-frias mirins no norte do Estado, já noticiado pelo Jornal Folha de São Paulo, além disso as crianças, na sua grande maioria, não conseguem colocação e faz surgir o subemprego tal como cuidar de carros, vender frutas nas ruas e até mesmo pedir dinheiro nos cruzamentos.

A FVM recrutará estes jovens que estejam estudando na rede estadual ou municipal de ensino, e os ensinará desde cedo a terem responsabilidades e ocupação, auxiliando em informações tanto nas escolas como em áreas verdes, tirando-os da ociosidade e muitas vezes ao abandono, além de terem o incentivo financeiro. Partindo do princípio de que devemos ensinar e educar desde pequenos para que tenham consciências ecológica, e no futuro seja algo espontâneo e natural, praticando e dando bons exemplos da preservação da natureza.

Estas crianças ocupadas e abrigadas, proporcionarão aos seus pais mais tranquilidade para exercerem suas profissões, pois sabendo que seus filhos estão protegidos e aprendendo, e com a possibilidade de um futuro melhor. Tal projeto colocará o Estado do Paraná como pioneiro de um em-

preendimento que se preocupa com os seus jovens, a ecologia e principalmente com um futuro promissor, ajudando a tirá-los da rua onde muitas vezes são levados aos vícios e conseqüentemente à marginalidade.

PROJETO DE LEI N° 038  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam alterados os artigos e parágrafos seguintes do Decreto Lei n° 3926, de 17 de outubro de 1988, nos termos:

Art. 35 - O Parágrafo Único, passará a ser § 1°;

§ 2° - Caso não seja devidamente cumprido na íntegra o § 1°, o usuário não será obrigado ao pagamento da tarifa do mês, sem prejuízo ao fornecimento do serviço;

Art. 38 - Inclui-se § 1°: Para aplicar a interrupção, a SANEPAR deverá obedecer os ditames do código defesa ao consumidor que classifica "água" como produto essencial.

Art. 41 - Acrescenta-se na redação:

"... remuneração do investimento reconhecido. Todo o investimento deverá ser submetido à apreciação da Assembléia Legislativa, contendo os valores reais e qual município recebeu ou vai receber o investimento.

§ 1° - Passa a ter a seguinte redação: a fixação da tarifa, sua revisão e modificação será efetuada após analisada pela Assembléia Legislativa e os investimentos propostos pela SANEPAR obedecendo critérios reais de custos.

Art. 59 - Acrescenta-se à redação:

"... pelo conselho da administração que colocará à apreciação da Assembléia Legislativa, a qual poderá modificar desde que o apresentado não esteja obedecendo critérios específicos, não cabendo nova modificação pelo conselho da administração da SANEPAR.

Art. 60 - Inclui-se na redação: "... pela diretoria da SANEPAR obedecendo o mesmo critério incluído no Art. 59".

Art. 61 - Passa a ter a seguinte redação: "A SANEPAR somente poderá tarifar os serviços de abastecimento, bem como os investimentos sem visar lucros, orçando capital empregado e despesas operacionais, tudo colocado à apreciação da Assembléia Legislativa, sendo os casos omissos ou de dúvida na aplicação deste regulamento, resolvidos pelo conselho de administração da SANEPAR, que contará com a participação de um membro por município, a serem indicados pelos conselhos municipais de saneamento, e onde não houver, pelo Prefeito Municipal."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

Curitiba, segunda, em 08.03.93

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.93

(a) CARLOS SIMÕES

PROJETO DE LEI N° 054/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 1° da Lei n° 9183, de 08/01/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Bom Sucesso do Sul, com território desmembrado do Município de Pato Branco, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas: partindo do sentido sul-leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR 469 até o trevo de acesso a Bom Sucesso do Sul, daí segue pelo acesso da PR 469 até o Rio Vitorino, daí desce até alcançar a divisa entre as glebas Mundo Novo-Entre Rios, 1.ª parte, daí segue pela divisa de Itapejara D'Oeste até o Rio Santana, daí segue pelo Rio Santana até o Arroio Elias, segue pelo Arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do Município de Renascença até o Rio Lamberdor e seguindo pelo mesmo até o Rio Vitorino, daí pelo Rio Vitorino até o Lageado das Cobras, segue por este até seu entroncamento com a estrada de Gramados, segue por esta até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.93

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

As divisas do Município de Bom Sucesso do Sul, definidas pela Lei n° 9183, de 08/01/91, em anexo, deveriam ser as mesmas da Resolução n° 028/91, em anexo, que fixou a área onde foi realizado o plebiscito em 29/01/91.

Tal fato ocorreu em virtude de que após a publicação da lei emancipatória, o IBGE, ao analisar os limites territoriais do Município, verificou dissentimentos na Resolução n° 26/91 (anexa), razão por que a área de realização do plebiscito foi alterada pela Resolução n° 28/91, unicamente para sanar incoerências cartográficas que dificultavam o traçado do polígono definidor da área, conforme justificado pelo documento do Instituto, em anexo.

Cabe agora a este Legislativo, proceder através de lei, a correção das divisas, razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, e para o qual contamos com o apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI N° 055/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão honorário do Paraná ao Senhor Carlos Pereira Paschoal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

Carlos Pereira Paschoal é um homem determinado. Como empresário é competente, dinâmico e intransigente na definição do caminho que seu empreendimento deve seguir - tem que ser sempre o melhor, o mais produtivo. E se esse caminho não existe ou se encontra encoberto por um emaranhado de dificuldades, ele rompe a trilha, abre a estrada e cria novos horizontes. É um pioneiro de idéias e de ação. Trabalhando no campo e na cidade, na indústria, no comércio e na agropecuária, ele nunca se amoldou a padrões e resultados convencionais e aos esquemas viciados. Empresário do ramo têxtil, investiu na formulação de novas matérias-primas, obtendo um fio de alta qualidade na associação de produtos sintéticos com rami, numa pesquisa que fez em parceria com a Bayer alemã.

Foi ao campo para plantar e embrenhou-se pela difícil arte de criar e produzir. Na sua sede de saber mais, investiu em projetos experimentais na área de soja, trigo e rami e nas técnicas de irrigação. Foi assim, com muita tenacidade, aplicando ao seu tempo um método rigoroso de alta produtividade, que conseguiu construir um grupo econômico sólido e produtivo - a Carambeí.

Quando as suas aspirações encontravam limitações no território nacional, se valia da experiência de novos povos, em viagens constantes que empreendeu ao mundo todo, às Américas, à Europa e à Ásia, sempre atrás da melhor tecnologia, do mais moderno para o incremento de suas atividades comerciais e industriais.

Realizou seis viagens à China, vinte e duas ao Japão, trinta e cinco às Américas e quarenta e oito à Europa Ocidental. Nessas andanças, organizou a Empresa Politexpile S.A., na Suíça, que cuida dos interesses do grupo na Europa.

Carlos Pereira Paschoal nasceu em Sorocaba, em 29 de março de 1927, formou-se em contabilidade, especializando-se mais tarde na "Fundação Getúlio Vargas", em Administração de Empresas.

Em 1952 iniciou a carreira de empresário no ramo têxtil Metidiere, da qual foi um dos principais acionistas. Em seguida, instalou a sua própria fábrica Têxtil Carambeí, hoje com duas unidades de produção, uma em São Paulo (SP), com mil metros quadrados de área coberta e a outra em

Londrina, com 30 mil metros quadrados, ambas para a transformação de fibras têxteis (rami, linho, seda, lã e algodão) e sintéticos, além da fabricação de revestimentos para produtos com fibra (Carambient).

Outras empresas ainda integram o grupo, Carpas S.A., Administrações e Participações (Sorocaba-S.P.). CETEMO - Centro de Tecnologia da Moda (São Roque - SP) e Fazenda Catui Agrícola Ltda, em Minas Gerais.

Ao transferir os seus investimentos para o campo, a partir de 1955, o fez com a mesma obstinação e espírito perfeccionista. Jamais admitiu a improvisação, a administração empírica, inovando na empresa rural as mesmas preocupações de qualidade e produtividade da empresa urbana.

É assim a história de sua fazenda em Vera Cruz, próxima a Foz do Iguaçu, onde construiu 120 casas, um campo de aviação, instalou silos e telefones para atender a uma comunidade de 750 trabalhadores. Desenvolveu a pecuária em larga escala, plantou campos de rami, café, soja, milho, trigo e feijão numa área de 4 mil hectares.

Em Londrina, implantou uma fazenda de rami e pecuária e em Minas Gerais, na cidade de São João do Paraíso, se dedicou à cultura de eucalipto para reflorestamento, e um milhão de pés de café.

Em Hernandares (Paraguai) colonizou uma área de 47 mil hectares para a formação de culturas de café, soja, trigo e milho. Construiu uma verdadeira agrovila, servido por 120 Km de estrada de rodagem, silos, secadores de cereais, campo de aviação, e até uma estação de rádio.

Não fosse seu espírito combativo e irrequieto, Carlos Pereira Paschoal poderia se considerar um empresário, um homem realizado. Poderia vestir pijama, cuidar de flores e acalantar os netos enquanto os filhos expandem o império que ele construiu.

Carlos Pereira Paschoal não fugiu da luta, está passando a direção de seus negócios aos herdeiros, para enfrentar um novo desafio: homenagear, com seu trabalho, que foi sempre seu maior tesouro, duas verdadeiras instituições: sua mãe, Dona Laudelina Pereira e as comunidades dos municípios onde seus negócios prosperaram: Sorocaba, São Roque e Londrina. Aqui começa a história da Fundação "Laudelina Pereira", uma missão de boa vontade, assumida pelo veterano empresário.

Ele não se conforma com um país como o Brasil, que festeja uma safra de 69 milhões de toneladas de grãos. É irrisório, desabafa, o Brasil deveria pensar mais alto, produzir mais, produzir melhor, vender mais, vender melhor. Ele vê tudo isso com os olhos do cidadão do mundo. Por isso são

chocantes as cifras da produção de grãos no país, abaixo das críticas. A Fundação "Laudelina Pereira", através de projetos-modelos, dentro de uma área limitada pelos municípios de Londrina, Sorocaba e São Roque, tem por meta mostrar que, valendo-se de técnicas adequadas - coisas simples como a calagem do solo, curvas de nível e emprego de material genético adequado - pode-se produzir mais, viver melhor, mais feliz. Não adianta, não tem sentido - disse ele certa vez ao visitar um assentamento - a política de transformar "pobres sem terras em miseráveis com terras". Para ele é urgente que os governos do País passem a adotar uma postura mais séria e responsável, dar-lhes terra, mas exigir-lhes o trabalho em contrapartida. É necessário ensinar essa gente a pescar, a trabalhar, a usar corretamente o solo, para dele tirar o sustento da vida.

A Fundação "Laudelina Pereira" pensa assim e vai agir nessa direção ir ao encontro dos pequenos e médios produtores rurais e orientá-los corretamente. Educar e formar os seus filhos nas técnicas mais modernas de cultivo da terra, para que a frustração e o desalento não seja o fim do caminho de mais uma geração de jovens lavradores. A Fundação "Laudelina Pereira" quer que o homem seja bem sucedido e feliz no campo para que não venha a engrossar a multidão de infelizes moradores das favelas brasileiras.

PROJETO DE LEI N° 056/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Passa a ser obrigatório o exame de vista no ato da matrícula dos alunos na rede pública estadual de ensino.

§ 1° - O exame terá validade de um ano e será efetuado na própria escola, ou em lugar a ser determinado pela Secretaria de Educação, que colocará gratuitamente o profissional médico/oculista e a devida aparelhagem.

§ 2° - Somente será confirmado a matrícula após efetuado o exame.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A maioria das crianças, por terem problemas oculares, encontram grandes dificuldades com a leitura e a escrita tornando o aprendizado cansativo e enfadonho devido ao problema não detectado, fazendo com que se afastem das escolas. Algumas vezes, professores e orientadores constata-

Curitiba, segunda, em 08.03.93

tando o problema comunicam aos pais, que leigos no assunto não tomam a devida providência, ou por falta de condições financeiras não levam a criança ao especialista, dificultando assim a permanência e aprendizado escolar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia de hoje, no mundo todo, reverenciamos aquela que nos deu a vida, aquela que nos empresta a sua companhia no dia a dia e, principalmente, aquela que nos acompanha na criação e educação de nossos filhos, aquela mãe, esposa, irmã, amiga, enfim, a mulher presente neste plenário na pessoa da nobre Deputada Emilia Belinati. Com ela e com todas as mulheres que trabalham nesta Casa, as Taquígrafas, as Funcionárias, também, as mulheres que nos visitam, queríamos que o nosso primeiro assunto fosse realmente um voto de congratulações ao Dia Internacional da Mulher - que sem ela este mundo não existiria.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos neste instante cumprimentar a classe funcional do IML de Ponta Grossa que, mesmo não tendo meio e nem recursos ao seu alcance, faz com que aquele órgão de auxílio ao Governo do Estado procure da forma que tem o seu limite dar o atendimento a nossa cidade e a nossa região. O empenho do Deputado Djalma de Almeida Cesar, junto ao Governo do Estado, fez com que o Governador fosse sensibilizado e que o Instituto Médico Legal fosse concluído na Região dos Campos Gerais, com a sua sede na nossa Ponta Grossa.

Mas, infelizmente, o último concurso havido dentro do IML da nossa cidade, onde quatro ou cinco Senhores médicos lá estiveram fazendo concurso para Médico Legista, fizeram, passaram, usaram a nossa cidade e região e se transferiram para a Capital do Estado de volta aqui para o seu berço.

Estou aqui encaminhando à Casa para que os concursos abertos neste Estado fossem regionalizados; concurso feito em Cascavel, concurso feito em Guarapuava, concurso feito em Londrina, em Ponta Grossa ou em qualquer cidade-sede de IML, o servidor fosse ali designado para o seu trabalho e não procurasse a classe política, depois de ter passado no concurso, para fazer a sua remoção para o seu domicílio, da sua família. Empréstam a função pública como se ela fosse um copo descartável, amassando-a e depois jogando-a no lixo e voltando a seus interesses pessoais e não aos interesses comunitários da família pa-

Quando vemos nesta Casa diversas reivindicações como esta que aqui se encontra, queremos também o compromisso daqueles que serão nomeados para aquelas funções que Ponta Grossa reclama, dos Peritos Técnicos, dos peritos que nós, quando Prefeito daquela comunidade, junto ao Deputado Djalma, junto a outras representações nesta Casa, levamos a nossa Ponta Grossa e a nossa Região a Criminalísticas e os Peritos Criminais que lá se encontram até o dia de hoje. Com a nova sede do IML, o corpo funcional está obsoleto, os meios físicos de transporte, enfim, tudo aquilo que existe em termos de IML da nossa Cidade está defasado.

S.Exa., o Senhor Governador, sensibilizado pelos reclamos da Lideranças desta Casa e por outros Senhores Deputados, haverá de encontrar a solução.

Por isso, neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estou encaminhando um pedido, aonde para vergonha nossa, de Ponta Grossa, da região e do IML do Paraná, na última sexta-feira foi entregue ao Delegado da nossa Cidade, que nos procurava e procurava também o Deputado Djalma, para juntos acharmos a solução, foi entregue o corpo de uma pessoa acidentada, porque não tinha médico legista para fazer a necrópsia, e principalmente a entrega aos seus familiares!

Junto a isso, não tem motorista, não tem, enfim, aquilo que realmente nós necessitamos. Mas, acreditamos em S.Exa., o Governador, e na representação política desta Casa, que juntos haveremos de achar a solução.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o companheiro Zuk antecipou um problema de Ponta Grossa, e que vem exatamente em cima da situação em que se encontram os futuros servidores da Secretaria de Segurança Pública, que hoje estão nesta Casa reivindicando, exatamente, as suas nomeações, para que fatos como este, de Ponta Grossa, não estejam acontecendo em outros cantos deste nosso Paraná.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no dia 04 de fevereiro de 1993, encaminhei ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, o seguinte Requerimento: (lê)

Curitiba, 04 de fevereiro de 1993.  
Excelentíssimo Senhor  
Dr. ROBERTO REQUIÃO  
DD. Governador do Estado do Pr.

Neste Centro Cívico  
Senhor Governador do Estado.

Cumprimentando-o, cordialmente, recorro à sua aguda sensibilidade no sentido de envidar esforços para solução das dificuldades enfrentadas, hoje, pelo Instituto de Criminalística do Paraná.

Como todos sabemos, esse órgão da Polícia Civil tem importância fundamental na coleta de provas para elucidação de crimes cometidos. A prova técnica tem peso incontestável no julgamento pelo Poder Judiciário, já que a esse Poder incumbe decidir questões em litígio com base nos laudos elaborados pela criminalística. Laudos esses que vão desde o arrômbamento a residência e roubo de automóveis, passando por lesões corporais, até a identificação precisa de um projétil, quando esse suscita dúvidas se foi ou não o responsável por determinado homicídio.

Enfim, desnecessário parece admoestá-lo com outros exemplos da importância da atividade criminalística. Entretanto, Sr. Governador, o Instituto de Criminalística do Paraná conta, hoje, com reduzido número de peritos: menos de 90 profissionais, segundo levantamentos da própria instituição. Isso é agravado pelo fato de, neste final de ano, mais de 10 estarem requerendo suas aposentadorias, elevando o déficit para 100 peritos, o que dificultará ainda mais o trabalho já precário, motivado pelos elevados índices de criminalidade.

Diante disto, recorreremos à sua Excelência, a fim de que sejam determinadas providências para nomeação dos 45 (quarenta e cinco) peritos qualificados através de concurso público realizado há dois anos, pelo Governo, e que no próximo dia seis de fevereiro terão expirada a validade do concurso prestado.

Além de ser injustificável que se dispense esses profissionais, já avaliados, quando o Estado necessita efetivamente dos seus serviços, há que se alertar para os gastos e a demanda de tempo com a realização de novo concurso.

Por outro lado, também é preciso salientar que vários desses profissionais deixaram sua antigas ocupações porque, na expectativa da nomeação, deveriam dedicar-se exclusivamente ao serviço público.

(Xerox anexa)

Nós temos aqui vários deles que vieram do interior do Paraná, alguns até que venderam os seus imóveis, deixaram os seus empregos e vieram na expectativa de fazer o concurso e se dedicaram exclusivamente a esse concurso, foram aprovados no concurso, ficaram na expectativa da nomeação, passam-se dois anos, Senhor Presidente, Senhores Deputados e lamenta-

velmente não são nomeados para esse concurso.

É uma situação difícil muitos estão aqui um Curitiba fazendo bico, muitos estão parados em pensões, em quartos de pensões nesta expectativa de serem chamados para nomeação e especialmente agora nos últimos três meses, quando se aproximava o período de validade desse concurso.

Por esta razão Senhor Presidente, Senhores Deputados, no desespero que atinge a essas pessoas que estão hoje aqui nos dando o prazer da presença nas galerias deste plenário.

Ontem muitos deles foram até a presença do Senhor Governador Roberto Requião, durante a semana não puderam localizar o Governador em Palácio, tiveram dificuldades, forão então ontem até a residência do Senhor Governador numa presença pacífica, ontem demonstraram toda a educação de que são possuidores, foram lá e entregaram a esposa do Governador uma Carta que diz:

GOVERNADOR ROBERTO REQUIÃO

Nossa presença, a frente de sua residência é apenas para lembrá-lo que nossa oportunidade de poder concretizar nosso sonho de sermos peritos criminais do Instituto de Criminalística, termina nesta segunda-feira (08 de março de 1993).

Somos paranaenses, pais e mães de famílias que deixaram seus empregos anteriores e obrigações familiares para frequentarem a escola de polícia civil, por um período de seis (06) meses.

Necessitamos desta oportunidade. Somos apenas quarenta e cinco peritos criminais da turma de 1991.

Consequentemente tiveram que deixar os seus empregos.

Foi o concurso realizado ainda no período do ex-Governador Álvaro Dias. Eu só quero lembrar ao Senhor Presidente e ao Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, que se não há condições para nomeação imediata para esses profissionais, desses peritos, pelo menos, que Sua Excelência, o Governador prorogue o prazo de vencimento deste concurso por mais três ou seis meses no máximo para que esse pessoal possa fazer valer o estudo a dedicação que tiveram e que passaram nesse concurso.

Então esse é o apelo que eu faço, reforçado na denúncia feita agora pouco aqui pelo Deputado Luiz Carlos Zuk da situação do Instituto Médico Legal da Cidade de Ponta Grossa e assim está Deputado e assim estão outros Institutos Médicos Legais do Estado do Paraná, Delegacias de Polícias, necessitando de peritos, de escrivães, de profissionais para poder dar andamento nos processos.

Fica aqui Senhor Presidente um apelo

Curitiba, segunda, em 08.03.93

que eu faço diretamente a Sua Excelência para que contacte com o Governador, para que pelo menos prorogue esse concurso para que ele tenha validade por mais alguns meses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros que visitam as galerias de nossa Assembléia Legislativa.

Hoje dia 08 de Março "Dia Internacional da Mulher" e é um dia quando as mulheres Brasileiras discutem a situação em que vivem e que sofrem em nosso País.

Sofrem uma situação de violência que não é conjuntural e sim faz parte de um processo histórico e cultural não só do nosso País, mas da maioria das culturas do mundo todo.

A violência ela tem se dado na rua quando observamos pessoas famintas, miseráveis, observamos a Constituição e as denúncias que sempre traz na imprensa de pais de famílias, como no Pará, vendendo a própria filha. A violência dentro de casa, da mulher maltratada e da mulher espancada e a violência é cotidiana - na sociedade, quando diz respeito à mulher.

Os homens não têm tido, na prática, de se preocupar e se prevenir com violência, a não ser num único sentido quando são sempre vigilantes e sempre prontos para defender a mulher e as suas filhas, mas, dando a isso, um caráter de objeto como se fosse propriedade e não como um indivíduo sujeito, ativo e que pensa.

Essa violência ela é séria e nem sempre está registrada nas delegacias.

Muitas vezes as mulheres têm medo de fazer a denúncia, medo de denunciar que são espancadas e, voltando para casa, podem sofrer outro espancamento.

E a isso nós apresentamos já no início da nossa legislatura, um Projeto de Lei que criava os albergues para mulheres que sofressem violência, que esta Casa aprovou mas o Senhor Governador vetou, infelizmente, a maioria dos Deputados desta Assembléia manteve o veto imposto pelo Senhor Governador.

Muitas das vezes nas delegacias também não são registradas porque os próprios delegados não aceitam como uma violência praticada contra a mulher e eles passam a interpretar como um outro tipo de violência, uma violência comum como se fosse uma violência que não fosse ligada a questão de higiene.

Queremos lembrar, Senhores Deputados,

que a CPI da mulher que analisou os dados num período de 20 meses, em vinte Estados, foram constatadas e registradas nas Delegacias de Mulheres 205 mil 209 ocorrências, dando um total de 337 registros por dia. Grande parte desses registros diziam respeito a estupros. Em 20 meses, só no Paraná, tivemos 148 estupros e no Brasil 3760 nesses 20 Estados de acordo com a CPI da Mulher.

Um vírgula oito por cento das violências no Brasil dizem respeito à questão de estupros. As ameaças tiveram uma alta incidência de 33 mil casos, 711 em nosso País.

As ameaças são feitas de marido contra esposa; dos chefes sobre as empregadas; dos pais sobre as filhas:

E o homem, em grande parte das vezes, se considera portador de direitos e um direito que ele alega é a defesa legítima da honra e com isso todo crime passa a ser como sacrifício e todo crime passa para que se colocasse a ordem que tinha sido rompida entende como que colocando essa ordem em dia.

Mais de 50% das vítimas registradas naquela CPI, sofreram rapto, atentado violento ao pudor, cárcere privado, discriminação racial e discriminação no trabalho.

Ao contrário do que pensa a sociedade branca, de que grande parte desses crimes cabe aos negros, mostrou aquela CPI que 50,7% dos agressores são brancos e 51,3% dos agressores são negros o que significa praticamente a mesma taxa de meio a maior em que isso é fruto social e não fruto racial; é fruto histórico e cultural a violência do homem sobre a mulher e não como tem que passar alguns brancos de que isso é uma questão...

(retirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dr.

Rosinha continua no horário da liderança do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Muito obrigado.

... fazendo uma análise social de renda daquela CPI constatou que 37,7% das mulheres agredidas são donas-de-casa ou empregadas domésticas.

E os agressores 1,6% são chamados profissionais liberais quando nós sabemos que esses chamados profissionais liberais é o menor percentual na sociedade brasileira, o que mostra que a violência não tem também o caráter de classe e novamente o caráter cultural, o caráter patriarcal da sociedade brasileira.

Trinta e cinco por cento das vítimas ganham até dois salários mínimos e cerca de 31% também estão nessa renda salarial.

A violência se dá de várias maneiras e ela tem se instalado na sociedade entre os

casais no relacionamento homem-mulher numa maneira progressiva, geralmente não deixa transparecer num primeiro momento, sendo somente no comportamento e no ato verbal passando a posterior no ato físico e agressivo.

E a violência tem ocorrido em nossa sociedade na própria família entre homem e mulher quando mostra que as maiores vítimas são as mulheres casadas ou que vivem em concubinato ou que vivem com o companheiro fora do casamento.

Essas são as maiores vítimas da violência. Ela ocorre no local do trabalho, seja no comportamento dos chefes em relação às mulheres, seja na vistoria que são submetidas essas mulheres que trabalham como é o caso da denúncia da fábrica De Myllus que foi levada até essa CPI, ou seja, nas cantadas dos chefes.

Ocorre nas comunidades, na mídia eletrônica quando faz da mulher objeto sexual ou objeto para venda de um outro objeto e de uma mercadoria. Tem essas violências na relação do Estado e na religião, ou seja, a violência em relação à mulher está empregnada em toda sociedade.

O combate a esta violência passa pelo debate de uma educação aonde envolva o homem e a mulher para que ele mostre, para que enxergue como que se dá e como que ela ocorre para que ela possa ser banida.

E as mulheres a nível nacional têm reivindicado e lutado contra a violência e contra a exploração e contra a opressão e lutam pelos seus direitos.

Hoje eu quero ler o que desejam e o que reivindicam as mulheres do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, quando elas colocam alguns pontos fundamentais para o Parlamento e para o Executivo discutir e essas mulheres colocam 9 itens que vai, do primeiro deles da Legalização do Aborto com a mulher sendo dona do seu corpo e decidindo junto com o seu companheiro quando tem e se não tiver, sozinha, decidindo como trabalhar e como tratar seu corpo.

2) Considerar os crimes sexuais como crimes contra a pessoa e contra crime de direitos humanos, uma vez que quando se debate direitos humanos se analisa ele só no campo da política, campo estritamente ideológico entre relação Estado e população e não se discute esses direitos humanos na relação de gênero e raça nesse País.

3) Aumento da abrangência do crime de estupro para englobar sexo oral e anal.

E é bom lembrar quando eu falei das violências da rua e da fome quando na CPI as meninas escravas do Pará, submetidas à fome declaravam que praticavam sexo oral para poder deglutir a proteína que era a única fonte que tinham uma vez



que não tinham alimentos. Isso foi declarado por aquelas meninas na CPI do Congresso Nacional. Não deixa de ser uma violência, não deixa de ser um estupro e tem que ser encarado como tipo de estupro esta prática.

4) A criação da figura do abuso sexual.

5) Extinção dos crimes de: - Posse sexual, mediante fraude;

Atentado ao pudor mediante fraude;

Sedução;

Rapto violento ou mediante fraude;

Rapto consensual.

6) Extinção do crime de adultério. Uma vez que os direitos devem ser considerados iguais, já que a única diferença que existe entre o homem e a mulher é a diferença biológica e não a diferença de direitos. E esta diferença biológica não deve ser interpretada como diferença para dar superioridade ao homem.

7) Criação da figura típica de violência familiar, uma vez que os maiores índices de violência em relação às mulheres têm se dado no seio das famílias, de marido para mulher, ou de pai para filha ou de companheiro com as filhas das mulheres.

8) Criação da figura de assédio sexual.

9) Regulamentação da reprodução assistida. Nós entendemos que a superação da violência do gênero assim como a de raça passa pela Educação, como já dissemos, mas passa também pela punição aos criminosos e pelo debate amplo na sociedade, e que cada um de nós, homens, possamos reparar e auto-criticar qualquer ato de violência que, por acaso venhamos a cometer.

Por último quero dizer aos companheiros das galerias que nós do Partido dos Trabalhadores sempre combatemos qualquer Poder Executivo, qualquer governante que faz os concursos públicos unicamente para cobrar taxas da população e depois não atendendo as necessidades do poder executivo e do Estado convoque o trabalhador para o serviço.

Isso tem se dado a nível de Estado, a nível de Prefeitura, como a de Curitiba e outras Prefeituras do interior, que faz concurso público, cobra taxas, cria esperança, cria expectativas e depois deixam estes trabalhadores na rua da amargura esperando uma chance e tendo de lutar por aquele direito que já conquistaram legalmente em concurso público.

Nós, do PT, somos contrários a este tipo de postura dos governantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de saudar as mulheres do Paraná, do Brasil e do Mundo inteiro pelo Dia Internacional da Mulher, que se comemora dia 8 de março. Tive a oportunidade de ontem, na região Sudoeste, participar de 3 Encontros, alguns deles com aproximadamente 1.000 mulheres reunidas discutindo os seus problemas e a forma de eliminar a discriminação que existe hoje na sociedade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que eu quero abordar, neste momento, é um fato que está tomando conta do nosso Estado, que lamentavelmente ocorreu na última semana. A luta pela Reforma Agrária, em nosso País, que tem no Paraná um dos principais palcos de conflito, teve um desdobramento trágico na última semana, ou melhor, mais um desdobramento trágico. Porque nos últimos anos várias pessoas tombaram policiais, sem-terras, jagunços tombaram nos conflitos armados do campo. Jagunços estes provavelmente armados por aqueles que tudo fazem para impedir a promoção da Reforma Agrária, em nosso País.

Em primeiro lugar é preciso destacar que os acontecimentos de Campo Bonito não se constituem em um fato isolado, nós mesmos aqui nesta Tribuna, por muitas vezes, tivemos oportunidade de relatar inúmeros outros casos de violência, dando conta do nível a que chegam os conflitos em nosso Estado.

Nos últimos anos virou rotina os noticiários dos jornais, da televisão sobre a disposição confessa dos fazendeiros e de suas entidades sobre a formação de milícias particulares para evitar ocupações e desapropriações de terras. Infelizmente desta vez três policiais militares foram as vítimas do conflito, num episódio que chocou a opinião pública paranaense. Quaisquer que sejam os desdobramentos dos fatos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, por certo nada corrigirá a perda irreparável destas vidas desses trabalhadores, as principais vítimas dos problemas sociais que se têm acentuado em nosso País nos últimos tempos. A ausência de uma reforma agrária é sem dúvida nenhuma uma das principais causas dos problemas sociais, e também econômicos do nosso País, com consequências urbanas que todos nós conhecemos, não menos violentas do que as que ocorrem no campo, do que os conflitos do campo. No entanto, o episódio de Campo Bonito, apesar da inevitável emocionalidade que sempre toma conta de momentos como esse, deve ser analisado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com todo o cuidado, especialmente quando se trata de buscar as razões e os culpados; da mesma forma o cuidado não deve ser menor na análise dos

procedimentos que estão sendo tomados na apuração dos fatos, para que mais inocentes não sejam utilizados como bodes expiatórios e para que não se forje versões, ou uma versão distorcida na ausência da justiça, se forje a qualquer custo versões de uma ou de outra forma. É preciso destacar que o episódio também não deve servir para impedir os avanços que estão ocorrendo a nível Nacional no que diz respeito a legislação agrícola e agrária como os recentes vetos do Presidente Itamar Franco aos artigos da Lei que o Congresso aprovava na questão da reforma agrária. Na verdade a Lei impedia a realização das reformas no campo, portanto a Lei está aprovada.

As notícias sobre a rearticulação de entidades como a UDR a fim de impedir tais avanços, e isto se viu concretamente no andar do Projeto no Congresso e no Senado Federal, como a própria imprensa tem noticiado e traz estampado hoje. Seus principais veículos se constituem numa reação descabida e provocativa, que podem gerar conflitos.

Vamos aos fatos de Campo Bonito Senhor Presidente e Senhores Deputados após a comissão que lá esteve com o Deputado Nereu Moura, Toti Colaço, Duílio Genari, este Deputado e o Deputado Ernani Pudell. Nós permanecemos no local por mais dois dias, durante estes últimos três dias, acompanhados desde o início por outros Deputados que acabei de citar, integravam a comissão de terras desta Assembléia, nós acompanhamos os fatos de sexta-feira e sábado naquela localidade. O trabalho de diligência da Polícia Civil e Militar, e as ações também do Poder Judiciário. Daquilo que pudemos constatar sobre a morte dos policiais, em que pese as inúmeras dúvidas e as versões que virão à tona daqui para frente, e esperamos que a justiça esclareça, é de se destacar o fato das vítimas terem ido ao acampamento dos sem-terras à paisana, sem a devida identificação. A imprensa tem noticiado no ano passado e neste ano, no ano passado foi palco de noticiário da imprensa do Paraná inteiro, que estes conflitos estavam se generalizando, fazendeiros importando armas, formando milícias privadas, os sem-terras indo para o confronto. A imprensa noticiou fartamente estes tipos de ações nos últimos tempos no Paraná.

No Jornal "Folha de Londrina" do dia 27 de agosto de 91, no relato de um dos conflitos, Antonio Carlos Alves de Camargo, proprietário da Fazenda Ione, disse conhecer fazendeiros, que já gastaram perto de um milhão de armas e munição, no ano passado para se armarem. Não querendo com isto justificar nada, apenas prevenir que é de lamentar que em conflitos desta forma, três policiais civis vão à uma ocupa-

ção recente, em que os ânimos estão exacerbados, acompanhados de um fazendeiro presidente da Sociedade Rural da Região, para fazer levantamento do assentamento dos sem-terras.

Conforme o depoimento do próprio madeireiro Valdecir Cassol, presidente da Sociedade Rural de Guaraniaçu que acompanhava os policiais, também ficou ferido, diz ele que os policiais se identificaram e eu vi com meus olhos eu vi a entrevista dele na TV Tarobá, que os policiais se identificaram junto ao grupo de sem-terras que fazia segurança na área, como amigos de Ovídio Beledelli da Fazenda Santana; não como policiais. No depoimento feito por Cassol ao próprio Secretário Moacir Favetti, da Segurança, ele confirma que os policiais que os policiais o acompanhavam à fazenda, onde ele foi tentar retirar alguns dos seus equipamentos que estavam na área ocupada, invadida, porque ele estava tirando madeira que havia negociado do grupo Beledelli.

Segundo o mesmo depoimento, a retirada deste maquinário teve o consentimento dos sem-terras, que liberaram após a revista feita. Deduz-se portanto que o tiroteio, e conseqüente morte dos policiais, ocorreu quando os sem-terras procediam a revista dos integrantes da PM que se identificaram como amigos do fazendeiro.

Pormenorização do ocorrido caberá ao devido inquérito policial levantar. Mas eu diria que mereceria, por parte do Secretário Favetti, das autoridades competentes, uma investigação na determinação destes policiais a irem a este local desta forma.

Estive numa lanchonete em Campo Bonito almoçando num sábado e o proprietário me informou que o fazendeiro Cassol, com três policiais, permaneceram por longo tempo na lanchonete, almoçando no dia do acidente e após isto se dirigiram ao local. Eu entendo que por estes fatos está no Paraná um barril de pólvora. Há tempo vem sendo noticiado. Por isto, a forma como estes PMs foram a este local deve ser esclarecida.

Como dizia a imprensa e me parece baseando-se num depoimento, num pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, ou eles foram garantir ao proprietário a retirada das máquinas, ou equipamento, motoserra... talvez numa missão para receber algo mais por um trabalho particular, ou foram determinados a ir para o local. Nesta circunstância, estes fatos deverão ser esclarecidos. E não serão só os sem-terras, são sim eles culpados.

Ninguém pode justificar três mortes de uma forma desta. Mas alguém deve compartilhar dessa culpa, se foram enviados esses três policiais para um local de conflito desta natureza daquela forma como eles foram.

Eu concedo um aparte ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Nobre Deputado Ovídio Constantino, nós também estivemos junto com Vossa Excelência em Campo Bonito, Município que temos a satisfação de representar aqui nesta Assembléia.

De fato os três soldados da Polícia Militar foram, receberam determinação do Comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar de Cascavel para se dirigir até Campo Bonito para fazer o levantamento da situação da área invadida. Os três soldados estiveram na Prefeitura Municipal de Campo Bonito, no período da manhã, fazendo interrogatório junto ao Prefeito Municipal, junto às lideranças da comunidades que se encontravam na Prefeitura e foram convocados a almoçar no restaurante em Campo Bonito. Lá encontravam-se almoçando quando chegou o fazendeiro Valdecir Cassol. Não havia premeditação naquele encontro. Foi mera casualidade. O fazendeiro explicava aos policiais que iria à fazenda Santana retirar os equipamentos porque lá estava fazendo cortes de árvores, autorizado legalmente pelo IBAMA e pelo IAP. De forma que não se pode fazer, Nobre Deputado, uma conotação de que havia premeditação da Polícia Militar num conluio com o fazendeiro Valdecir Cassol que se encontra hospitalizado em Cascavel, gravemente ferido, atingido por um tiro de espingarda com doze boletões, ferindo quase que de morte aquela pessoa de elevado conceito em Guaraniaçu.

De forma, nobre Deputado, que não podemos fazer uma conotação nesse sentido, porque a Polícia Militar do Paraná, através daqueles soldados que se dirigiram a Campo Bonito, foram orientados pelo Coronel Pontes, de Cascavel, para que fossem fazer o levantamento da área para ver a gravidade do problema. Absolutamente, não havia combinação com o fazendeiro Valdecir Cassol.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Nobre Deputado, quem falou a palavra conluio foi Vossa Excelência. Eu disse que merece esclarecimento, porque a sociedade, pessoas estão questionando isso, a própria imprensa.

O fato ocorreu, os policiais indo com carro particular, segundo as versões, um deles com o fazendeiro. Poderá ser tudo coincidência, mas é necessário que se esclareça. Eu não disse que há conluio; eu disse que há necessidade de responsabilizar, se necessário, independente se eles foram, Deputado Moura, com a ordem dos seus superiores. Da forma como foram os seus superiores, eu não sou policial, eu não sou delegado, eu não entendo de lei, mas qualquer um percebe que a forma como

foram enviados, deverão ter razões. Eu acredito, mesmo leigo na matéria, se acompanho alguma coisa na imprensa e da violência no campo do Paraná, não mandaria nunca, se eu fosse comandante, os meus soldados naquela circunstância.

Eu só estou colocando que o comando deverá esclarecer se realmente, de público, foi desta forma que enviou lá os policiais e, aí, a sociedade deverá julgar e os seus superiores também.

Eu entendo que é preciso destacar que num episódio desta forma não pode servir para impedir os avanços, como já disse, da Reforma Agrária, que para mim é um problema social grave e sério do nosso País.

Os jornais têm publicado de todas as formas as diversas versões dos fatos. Trabalho para mim sigiloso,.....

Por isso, repito: não estou justificando as mortes dos policiais, que é um fato condenável e os criminosos devem pagar por isso.

"Tragédia consumada ressalta a preocupação com as operações e encaminhamentos dados para a apuração dos fatos".

Antes de mais nada eu gostaria de destacar que após aquele massacre no início do Governo Requião, aquele conflito no interior de Londrina, o relacionamento entre os policiais e o movimento dos trabalhadores sem-terra tem sido cordial, inclusive sendo realizado um seminário entre a Polícia Militar e o próprio Movimento de Liderança dos Sem-Terra para discutir as formas de encaminhamento desses problemas, porque depois de um fato desses estar consumado, poderão surgir desdobramentos piores e é necessário que se trate isso como realmente vinha sendo tratado, como um problema social político e não simplesmente um problema de polícia.

Louvável foi aquele entendimento com a Polícia Militar e as Lideranças do Movimento dos Sem-Terra, infelizmente foi desembocar numa tragédia desta que nós acabamos de presenciar na última semana.

No segundo semestre do ano passado esses conflitos foram discutidos profundamente no seminário, com a participação dos comandos da Polícia Militar.

O Secretário Moacir Favetti acompanhado também depois por nós pela Comissão Parlamentar e o Secretário da Segurança José Tavares, estivemos lá no início da operação. Vale destacar que foi acordado com o Secretário Favetti, que após o cerco policial da área os sem-terra se comprometeram a deixar a fazenda ocupada, após a indicação dos supostos envolvidos na morte dos policiais.

Nominadas as pessoas envolvidas, conforme o acordo, foi o próprio Secretário de Segurança que autorizou a desocupação

da área. Maior estranheza no entanto, causou a postura do juiz da Comarca de Guaraniaçu, que determinou a prisão preventiva de todos os sem-terra, homens maiores de 18 anos. Determinação esta questionada inclusive pelo Secretário José Tavares, por telefone ao juiz, perante nós - a Comissão, e o próprio prefeito da cidade que estava no seu gabinete.

Por conta desta atitude do juiz, as humilhações enfrentadas são simplesmente indescritíveis.

Acompanhei a prisão de mais de 120 homens, a separação deles das suas mulheres e crianças. A investigação em todas as suas trouxas, que estavam indo já de volta para casa e conduzidos como uma tropa ao Centro Social da Comunidade de Campo Bonito.

Motivados pela revolta natural, a corporação policial militar pela morte de seus companheiros, que realmente percebemos nos olhos, no rosto, na fisionomia de cada um dos policiais que nós avistávamos, o sentimento com razões pela morte dos seus colegas.

O tratamento dispensado aos sem-terra, com o objetivo de se buscar os autores da morte, extrapolam os limites.

Os fatos relatados pela imprensa na verdade carecem melhor investigação.

Desde o caso de um agricultor ter sido preso, acusado de ter jogado um revólver, que me disse o próprio comandante supostamente, o comandante Silveira me disse por duas vezes, supostamente, este revólver pertence à corporação, mas não aos policiais militares mortos. Até uma certa quantia de maconha encontrada nos pertences dos sem-terra, são fatos que precisam realmente de melhores explicações.

Particularmente me causaram estranheza alguns atos. O primeiro deles é que a Polícia procedeu a uma revista geral ao acampamento, não encontrando ali, encontrando ali algumas armas que retirou dos sem-terra, sem nenhuma resistência, ocupou todo o acampamento que revistou, no entanto, após a retirada dos agricultores no dia seguinte, foram encontrados os armamentos e as drogas com os sem-terra.

Apenas deixo aqui um ponto de interrogação: o que levou os sem-terra presos a acusarem seus companheiros pela morte dos policiais? Também ninguém sabe.

Particularmente eu fui testemunha de um fato que quero descrever aos Senhores: eu vinha do acampamento para a cidade e encontrei no local do crime, no local onde aconteceu o crime, três policiais com um sem-terra preso. Percebi a enorme surpresa e a coincidência dos policiais quando cheguei com o carro e eles estavam com os sem-terra debruçados em cima do capô de uma Toyota, com a mão do sem-terra san-

grando e percebi a perplexidade dos policiais quando eu cheguei no local. Disse-ram-me que estavam fazendo uma investigação. Concordei, ótimo, tem que investigar, está correto, mas pedi licença para acompanhá-los na sequência dos trabalhos que iriam fazer. Fiz a volta no carro e prossegui, e claramente tentaram desviar por outra estrada para se livrar do meu acompanhamento. Eu, na sequência, o encontrei, deixei o carro e segui a pé com eles, de longe, pedi licença, disse: Eu vou ficar longe e vocês podem fazer o trabalho que têm a fazer. E se dirigiram até o acampamento, onde já não estavam mais os sem-terra, lá fizeram investigações com o trabalhador preso e voltamos até a cidade, onde o mesmo foi entregue ao comando. Este fato eu fui testemunha.

A versão que ora ele estava sendo conduzido para identificar o local onde estava o acampamento e onde estariam as armas supostamente escondidas. Eu fiz questão de acompanhar. Felizmente, dali para a frente apenas a investigação ocorreu como deveria ser, de rotina.

Estou citando fatos porque acredito que independente do episódio ter ceifado a vida de três policiais, que lamentamos e que condenamos, as vítimas poderiam ter sido qualquer um, poderiam ter sido os sem-terra, poderiam ter sido outras pessoas, aliás, como já ocorreu em outros episódios, porque entendo que nada justifica que agora se tente buscar culpados ou autores a qualquer custo ou confissão a qualquer método.

Recebi, hoje, uma informação, não passo isto oficialmente, mas de que até repórteres policiais estão batendo nos agricultores presos, os acusados do assassinato, na prisão. Possivelmente isto será investigado.

Finalmente gostaria de comentar um pouco sobre a difusão que vem sendo dada ao caso e às questões políticas daí decorrentes. Não resta dúvida de que o nosso Partido nunca mereceu a simpatia de setores da imprensa, muito menos os trabalhadores e entidades que lutam pela reforma agrária neste país. Temos consciência de que a reforma agrária é o meio necessário para se promover a justiça e a paz no campo. E também de se buscar o desenvolvimento com a distribuição de rendas.

A reforma agrária é portanto uma necessidade social e econômica a exemplo do que ocorreu em outros países da Europa e também da América Latina. E nada, nada mesmo deve ofuscar esta assertiva.

O PT luta e sempre lutou pela reforma agrária ao lado de milhões de deserdados do campo. Com isto não se justifica atitudes como esta, da morte dos três trabalhadores. Pode se frisar aqui o acordo

feito no ano passado pela Comissão de Terras que vários Deputados que pertencem à Comissão fizeram, juntamente com o proprietário da área, o Senhor Beledelli, com os órgãos públicos do Estado e também da União, onde num dos seus próprios itens fala do acordo em que o Governo do Estado do Paraná, através de seus representantes, Presidente do ITCF, juntamente com o INCRA darão prioridade aos remanescentes da área ocupada e que nelas não forem assentados e novos assentados e novos assentamentos que ocorram no nosso Estado.

Esse acordo foi publicado. De longe, mas nós participamos, o Deputado Ernani Pudell participou, assinou o acordo para que realmente se achasse solução para aquele conflito que era sério e que estava exposto lá em Campo Bonito. Quanto à questão da violência, é preciso dizer que mais de 1.000 trabalhadores e lideranças sindicais foram assassinadas nos últimos dez anos em nosso País na luta pela reforma agrária, sem contar policiais que além destes, tantos outros que estiveram envolvidos e muitos mortos nesses conflitos. No Paraná foram vários e só no ano passado, três assassinatos, de trabalhadores rurais, "sem-terra" foram executados no Paraná.

O ideal Senhor Presidente, para concluir, é que não existissem esses conflitos, que vidas não precisassem ser ceifadas dessa forma. Somos pela reforma agrária justa e pacífica, reforma agrária significa vida ao povo brasileiro, vida àqueles que querem trabalhar no campo e àqueles que precisam se alimentar dos alimentos que se produzem na terra. Portanto, condenamos as violências que se cometem em todas as formas, em todas as partes, quando se luta para construir a vida através da reforma agrária. Somente será possível no dia em que todos nós arregaçarmos as mangas para promovê-la por vias legais, através da grandeza política que vive em cada um de nós ou que deverá estar em cada um de nós, que vise realmente o desenvolvimento do nosso País no interesse de seu povo. Desta forma entendo que todos nós, autoridades de todas as áreas, de todos os Poderes, devemos nos preocupar para que realmente vidas de inocentes, de muitos, de dezenas, de centenas, de milhares de inocentes estarão sendo ceifadas muitas vezes pela irresponsabilidade de quem tem muitas vezes o poder na mão e que muitas vezes, com uma caneta, poderá resolver muitos problemas sociais, ou que pela sua influência e poder político poderá resolver muitos problemas sociais, e se omite nos momentos de necessidade, de defender a vida e defender àqueles que querem sobreviver neste País.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Tú-

lio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Ovídio Constantino, procurarei ser bem rápido.

Acompanho atentamente o seu relatório com relação à sua ida ao acampamento onde lamentavelmente ocorreram as três mortes, dizer que mais do que nunca, agora ficou comprovada a incompetência daqueles que teriam a obrigação de verificar mais de perto, com muito mais cuidado a questão das invasões.

Quando fiz meu pronunciamento aqui na última quinta-feira, lamentei profundamente a morte dos três policiais e pedindo também as providências das investigações, eu colocava as duas suposições: ou eles teriam ido por livre e espontânea vontade com consentimento da proprietária da área para lhes dar cobertura, ou teriam ido a mando superior e hoje aqui no aparte que fez o Deputado Nereu Moura, provou-se então, que estavam com determinação oficial para fazer o serviço, e o que é profundamente lamentável, exatamente em cima do que colocou Vossa Excelência, que nunca se poderia de forma alguma, numa situação dessa, num barril de pólvora explodindo com relação à questão da terra, se mandar policiais à paisana para fazer um trabalho daquela natureza.

Evidentemente que os "sem-terra" - e eu não quero aqui inocentar ninguém, muito pelo contrário, os culpados vão ter que pagar - mas evidentemente pelo fato ocorrido de que confundindo-os como supostos capangas do empresário e proprietário das áreas, acabaram pagando com a morte, por nada daquilo que eles deviam.

Então, mais uma vez comprova-se a incompetência do Governo do Estado do Paraná, não talvez diretamente do Senhor Governador, mas daqueles que são seus funcionários, que são o Secretário da Segurança Pública, o Comandante do Batalhão local que não poderia de forma alguma, ter encaminhado ao local policiais sem farda.

Tenho certeza absoluta, se estivessem fardados, nenhum sem-terra ou até seguranças de sem-terra ousaria atirar contra os policiais. Comprova-se mais uma vez a incompetência no trato das coisas muito importantes neste Paraná, que é a questão dos sem-terra, a questão da terra no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Para concluir, Senhor Presidente.

Agradeço o aparte do Deputado Algaci Túlio.

Já mencionei isto no meu pronunciamento. Não ouvi até agora nenhuma versão oficial do Comando da Polícia Militar de que foi determinado tal ação. Se assim fosse não acredito que por prudência os policiais deveriam ter ido acompanhados por fazendeiros. E mesmo é uma coincidência terem se encontrado na lanchonete para almoçar. É muita dúvida que fica sobre a forma como foi conduzido este processo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças tem a palavra o Deputado Nereu Moura, pelo PMDB.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna hoje para me reportar sobre a questão de Campo Bonito, um fato que presenciamos juntamente com a Comissão desta Assembléia, coordenados pelo eminente Deputado Toti Colaço, e mais os Deputados Duílio Genari, Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

Quero ressaltar aqui, Senhor Presidente, a atitude firme do Governador Roberto Requião que, de forma corajosa, determinou que aquele fato ocorrido no Oeste do Paraná, recebesse atenção especial das Polícia Militar e Civil e dessem a total cobertura e que fosse elucidado aquele pavoroso crime ocorrido em Campo Bonito.

De fato, todo o Oeste do Paraná hoje está perplexo; toda a população do nosso Estado e do Brasil acompanhou passo a passo o desenrolar daqueles acontecimentos.

A Secretaria de Segurança Pública, através do Secretário Dr. Moacir Favetti, foi, de forma competente, de forma muito firme, buscar uma solução para o problema; conduziu os trabalhos no sentido de que aqueles cidadãos que cometeram um crime bárbaro, terrível, fossem presos para que a própria Polícia Militar voltasse a ter paz, especialmente o 6º Batalhão sediado em Cascavel.

Nós, acompanhamos o trabalho do Secretário Moacir Favetti, o trabalho do Deputado José Tavares, Secretário de Justiça, que também por ordem do Governador Roberto Requião se dirigiu a Campo Bonito e tivemos o cuidado de não procurar distorcer os fatos. O que havia na Fazenda Santana, era um arsenal fantástico de armamentos: revólveres, espingardas de grosso calibre, escopetas, guardados pelos sem-terra. E quando a Polícia Militar foi com o carro descaracterizado porque é assim que ela age, até para informar as autoridades competentes, foi de forma grosseira e violenta recebida. E aí, em questão de um minuto, acabaram os três policiais perdendo a vida.

Foram mortos, executados, quando er-

guiam as mãos pedindo clemência tentando preservar suas vidas. E o Senhor Adecir Cassol que nada tinha a ver com a ida da Polícia Militar à Fazenda, uma vez que saiu de Guaraniaçu com o destino do acampamento dos sem-terra, para retirar os equipamentos e os empregados que estavam no local cortando madeira autorizado legalmente pelo IBAMA e pelo IAP.

Portanto, o empresário Adecir Cassol, nada tinha a ver com a incursão da Polícia Militar e também foi violentamente agredido, escapando vivo do episódio por um verdadeiro milagre.

Os sem-terra que haviam, como disse o Deputado Ovídio Constantino, firmado um compromisso, um acordo no Palácio Iguazu, coordenado pela Comissão de Terras desta Assembléia Legislativa, desrespeitaram e traíram aquele acordo, invadindo o remanescente da Fazenda Santana, propriedade produtiva, do Senhor Ovídio Belladelli, empresário da nossa região, homem responsável, um madeireiro que procura fazer com que a mata seja perenemente produtiva, uma das únicas reservas de mata do Oeste do Paraná, fez o acordo mostrando a sua sensibilidade para o problema social existente em Campo Bonito.

E o acordo foi rompido pelo "Movimento Sem Terra" que invadiu o remanescente da Fazenda e causou esse terrível acontecimento para o nosso Estado, que foi a eliminação de três homens da Polícia Militar.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero, aqui, enfatizar que não teve dúvidas em retermos toda a cobertura necessária para que a Polícia Militar e a Polícia Civil pudessem, elucidar este pavoroso assassinato.

Também gostaria de ressaltar, a atitude, a postura do Prefeito Municipal de Campo Bonito, Onírio Vilmar Fríes, que de forma responsável conduziu o Município de Campo Bonito, naquele momento de agitação social; naquele momento em que a sociedade do Oeste do Paraná clamava por justiça, o Prefeito Onírio, com uma visão lúcida e clara, procurou manter o equilíbrio e a tranqüilidade na Cidade de Campo Bonito.

É desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que venho a tribuna, para fazer justiça à ação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Campo Bonito e também a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Justiça do Governo do Estado, pelo extraordinário trabalho desenvolvido naquele episódio, buscando uma solução pacífica para o caso.

Concedo aparte ao nobre Deputado Duílio Genari.

O Sr. Duílio Genari - Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós também acompanhamos e pelo fato de sermos daquela re-



gião, temos conhecimento do que aconteceu e do que poderá acontecer.

Mas, eu queria apenas dizer da atitude do Senhor Belledelli, quando ele cumpriu integralmente tudo aquilo que foi acertado há quase um ano.

Eu poderia, aqui, relatar vários benefícios, por exemplo: foram retirados daquela área 300 mil metros cúbicos de madeira, em torno disso, de lenha; mais de cem toneladas de erva-mate; mais de 400 m2 de madeira para serraria. Enfim, seria, hoje, um volume, em torno de 17 bilhões de cruzeiros.

Infelizmente, aquela área que os sem-terra estão assentados, no dia de hoje, não há mais lenha, não há mais nó de pinho, não há mais erva-mate, porque tudo que lá havia foi extraído pelos sem-terra.

Então, queremos registrar que o proprietário da Fazenda Santana, família Belledelli, cumpriu rigorosamente o acordo. E tudo o que eu relatei, não havia compromisso nenhum a ceder aos sem-terra.

E quero dizer, também, que a nossa surpresa maior, Senhores Deputados, quando lá chegamos, quem estava, quem comandou aquela invasão de terras, novamente, eram os mesmos, na grande maioria, que aqui vieram, que assinaram, que estavam junto conosco, e alguns deles são os bandidos.

Eu quero, nesta hora, dizer que eu não conheço o Juiz de Guaraniaçu, mas eu o admiro, pela atitude firme que tomou, em decretar a preventiva, por cinco dias. Só assim nós temos condições de termos visto na cadeia, um número já certo dos bandidos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Peço a conclusão do seu pronunciamento.

O SENHOR NEREU ALVES MOURA - Agradeço o aparte do nobre Deputado Duílio Genari.

Para encerrar, Senhor Presidente, eu como representante de Campo Bonito, nesta Assembléia Legislativa, acompanhei na quinta, na sexta e no sábado aqueles acontecimentos e quero dizer que a Comunidade daquele Município ficou deveras triste, chocada e revoltada, não só a população de Campo Bonito, porém todas as pessoas de bem que abominam a violência e o uso da força. Este episódio abalou de forma severa e drasticamente o "Movimento Sem Terra" do Paraná, e nós que sempre estivemos do lado do "Movimento Sem Terra", porque achamos que a injustiça social neste País, fez com que pequenos agricultores fossem expulsos de suas terras formando grandes contingentes de bóias-frias e de favelados nas pequenas e grandes cidades.

Mas nós que sempre apoiamos o "Movimento Sem Terra", não podemos concordar

Curitiba, segunda, em 08.03.93

de forma alguma com a maneira violenta e cruel que se portaram neste episódio de Campo Bonito vitimando a vida de três militares e assim dando um golpe fatal no Movimento, criando o descrédito total em todo o Território Nacional e nós amanhã ou depois, nada poderemos fazer na defesa dos interesses dos sem-terra deste Estado.

Lamento muito o que ocorreu em Campo Bonito e que fique aqui registrado o nosso protesto, a nossa tristeza com o fato grave que aconteceu no Oeste do nosso Estado.

A história a partir dos acontecimentos de Campo Bonito, será outra. Evidentemente que, desejo a prisão implacável daqueles criminosos que tiraram a vida dos policiais, é claro, e que o acordo firmado no Palácio Iguazu no ano de 1992, seja integralmente respeitado pelos sem-terra.

Muito obrigado.

Acompanhamos na 5.<sup>a</sup>, na 6.<sup>a</sup> feira, no sábado e podemos dizer que a comunidade daquele Município ficou deveras triste, chocada e revoltada. Não só a comunidade de Campo Bonito, este episódio abalou de forma severa e drasticamente o Movimento Sem-Terra do Paraná.

E nós que sempre estivemos do lado do Movimento Sem-Terra, porque achamos que a injustiça social neste País, fez com que houvesse o exodo rural que pequenos agricultores deste Estado, deste País formassem grandes contingentes de bóias-frias e de favelados nas grandes cidades e nas pequenas.

Mas nós, que sempre estivemos ao lado do Movimento Sem-Terra, não podemos concordar de forma alguma, da maneira violenta, da maneira cruel que se portaram neste episódio de Campo Bonito, vitimando a vida de três militares e assim dando um golpe fatal no Movimento Sem-Terra, criando o descrédito em todo o território nacional.

E nós, amanhã, depois, nada poderemos fazer na defesa dos interesses dos Sem-Terra desse Estado.

Lamento muito o que ocorreu em Campo Bonito e que fique aqui registrado o nosso protesto, a nossa tristeza, com o fato grave que aconteceu no Oeste do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço, que falará em nome do Partido Social Democrático-PSDB.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu não poderia deixar de fazer algumas considerações a respeito do que já foi



aqui comentado pelos Parlamentares Ovídio Constantino, Nereu Alves Moura, Duílio Genari e pelos demais, com relação ao episódio da Fazenda Santana de Campo Bonito - mesmo porque, na qualidade de Presidente da Comissão de Terras, teria que dar também a minha contribuição e alguns esclarecimentos a mais.

Diz um linguajar popular que: "um inocente não pode pagar pelo pecador." Os inocentes não podem pagar pelos pecadores, e o que nós estamos observando de 5.<sup>a</sup> feira para cá, com este trágico acontecimento na Fazenda Santana - que chamou a atenção de todas as Lideranças do nosso País, do nosso Estado - onde a Comunidade Oeste do Paraná está extremamente chocada com esse acontecimento.

Parece-me que é o momento de se fazer realmente uma profunda reflexão. Nada, mas nada justifica a ação, a morte daqueles três militares. Se foi com ordem ou sem ordem; se eram militares ou se não eram, não há como justificar. Neste primeiro momento é injustificável. Parece-me que em primeiro momento o fato mais grave, além, evidentemente das vidas que se foram, foi a ruptura daquele acordo firmado, onde esta Assembléia teve uma participação extremamente histórica e importante. Aquele acordo firmado no ano passado, serviu até de modelo, serviu de discurso, serviu para mostrar à sociedade paranaense - principalmente para os grandes latifundiários do Estado do Paraná - que é possível, dentro de um entendimento, se dividir um pouco aquilo que muitos têm, para atender o problema social grave do nosso Estado.

Este acordo foi rompido com a ocupação, com a invasão, inesperada - parece-me que quase um fato isolado de parte daquela fazenda - ali, naquele momento em que estremeram essas bases dos acordos, contratos, convênios, dentro do Estado do Paraná e ficou mais claro aquilo que já foi aqui amplamente falado, discutido e questionado: não há como recuperar a morte dos três militares.

De um lado, o confronto quase que permanente dos proprietários das terras no Estado do Paraná. Por outro lado, milhares de famílias sem-terra em busca de terra para produzir. No meio, a segurança pública, a polícia. O que aconteceu é isso aí. Parece-me que os inocentes pagaram pelos pecados que não cometeram.

É preciso que se ressalte aqui e que se deixe também registrar nos Anais desta Casa, a postura do nosso Governador Roberto Requião. Durante ao longo desses meses de Governo, onde está colocando em jogo seu mandato - está aí o "impeachment" que possivelmente deverá entrar neste Plenário dentro em breve - pelo não cumprimento de determinadas ordens judiciais, destacar o

seu trabalho, a sua postura. Porque indistintamente, durante todo o tempo ele esteve dando apoio para que se fizesse justiça, paz na terra voltassem a existir no Estado do Paraná. Até com o apoio, muitas vezes não muito bem compreendido, até por alguns de nós. Mas ao mesmo tempo em que se tomou conhecimento deste fato lamentável, agiu como um verdadeiro estadista: determinou, é claro, ao Secretário de Segurança Pública, que fosse em busca daqueles que realmente fizeram aquela chacina.

Senhores Deputados, é difícil de se fazer uma avaliação completa. Este fato já está sob a tutela da Polícia e da Justiça e, com certeza, virá à luz do dia para o conhecimento da nossa sociedade, e os culpados serão responsabilizados. Esse fato que sirva de um questionamento para todos nós.

Nós estamos representando aqui, dentro desta Casa, diversos segmentos ideológicos e políticos. Para os que têm terra, para os sem-terra, para os profissionais liberais e assim por diante. Há necessidade de que nós, mais uma vez, fiquemos atentos, porque não está distante de acontecer tragédias maiores ainda dentro do nosso Estado do Paraná, porque a tensão é muito grande e agora está acirrada.

Aqueles que estavam atentos por alguns momentos, mantendo a segurança dos Sem-Terra, hoje estão extremamente chocados com a morte de seus companheiros.

**O Sr. Edson Silva Lino** - Concede-me um aparte?

(Assentimento).

Deputado Toti Colaço, nos sentimos também entristecidos com a perda de três seres humanos neste episódio na Fazenda Santana, no Município de Campo Bonito.

Mas de outro lado, é um momento para reflexão do Comando da Polícia Militar, principalmente da tão falada "Polícia P-2", para evitar um mal maior, porque tal tragédia ocorreu também em função da forma com que os policiais se apresentaram e chegaram à Fazenda, juntamente com os proprietários da mesma.

Da forma com que os policiais da Polícia P-2 se apresentam - e eu que já fui vítima deles, abordado quando Prefeito da Cidade de Grandes Rios, dirigia-me a Londrina para tomar um avião para Brasília e, num quebra-mola próximo à Cidade de Londrina, quando diminuía a velocidade, fui abordado por um carro que atravessava e cinco homens mal trajados, barbudos, cabeludos, sujos, de posse de armas pesadas, fizeram-me parar e só depois apresentaram-se, dizendo que eram da P-2. E veja o Senhor que meu carro era chapa de bronze e mesmo assim isto ocorreu comigo.

Agora o Senhor imagine lá na Fazenda,

Excelência, na companhia de um dos proprietários - em que pese que os sem-terra não tinham o direito de invadir aquela parte remanescente, pois fazia parte de um acordo, eles já tinham ganho a outra parte.

Mas é como alguém chegar na sua residência, um desafeto seu, acompanhado de 3 ou 4 homens não identificados, qual seria a reação de Vossa Excelência? Estou dizendo isso para que as autoridades, principalmente o Comando ao qual os três policiais estão ligados, deveria ser responsabilizado criminalmente. Responsabilizado porque ele jamais deveria, sabendo do atrito que existia na Fazenda, deixar que estes três policiais se dirigissem até lá, principalmente na companhia do proprietário ou do preposto do proprietário.

Portanto, fica aqui registrada a nossa indignação, e o apelo de que é preciso melhorar. Acho que os policiais precisam usar a inteligência; acho que o Comando precisa transformar seus policiais, mas não transformá-los em marginais, mal vestidos, barbudos e cabeludos, para descobrir crimes. Acho que se eles fossem lá, fardados, com a farda gloriosa da Polícia Militar, com o carro da Polícia Militar, tenho certeza que seriam bem recebidos.

Muito obrigado.

O SR. NEREU ALVES MOURA - Nobre Deputado, agradeço o aparte e gostaria só de esclarecer que a Polícia Militar não foi acompanhada do empresário. Ela foi sozinha no seu veículo Chevette, descaracterizado. O empresário chegou na frente da Polícia Militar lá no acampamento aonde estavam os sem-terra, e apenas para esclarecer que este empresário não é proprietário da fazenda e sim um empreiteiro do Senhor Ovídio Beledelle.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço aos apartes, e para concluir, Senhor Presidente, a reflexão de que nós falávamos, e foi muito bem lembrado pelo Deputado Edson Lino, com uma colocação muito importante para nós, é que a reflexão que falamos é uma reflexão nossa, mas também passa por uma reflexão da própria Polícia Militar, independente, Deputado Nereu, de estarem acompanhando ou não o empresário Casol. Mas eu, particularmente, não gostaria que ficasse na minha consciência a determinação da ida dos militares da forma em que chegaram lá. Eu, particularmente, tenho esta opinião! Porque, na verdade, aquilo completado pelo Deputado Edson Lino, é uma verdade nua e crua. Não se vai levar num estádio de futebol para cuidar de uma torcida arraigada, policiais não fardados, ninguém vai! A

farda continua sendo, na minha visão particular, a defesa maior e a segurança de um povo! Ela impõe o respeito e transmite paz.

Mas não estou aqui para fazer um pré-julgamento e acredito nenhum de nós! Estamos aqui para contribuir, para participar, e a nossa Comissão esteve mais uma vez em Campo Bonito, lá no local, aonde gostaria de destacar aqui a presença do Capitão Mello, que era o Comandante da tropa de frente, e que ele nos dizia lá no campo...

Para concluir Senhor Presidente... que estava ali há mais de vinte e quatro horas, tenso, porque é claro, a reação e a dor eram muito grandes, dos militares que davam segurança a toda a área.

Parece-me que naquele momento, naquele episódio, nós temos que destacar a presença dos militares, porque na verdade eles mantiveram a calma e deram segurança para todos aqueles que lá estiveram.

Mas eu não encerrei Senhor Presidente, quero destacar também a presença do eminente Deputado, hoje licenciado, José Tavares, hoje Secretário da Justiça; Doutor Favetti já foi falado; Doutor Delazari, Procurador da Justiça, esteve presente; do Comandante da Polícia Militar, Coronel Capriotti, presente; mas a presença do Secretário da Justiça, ex-Delegado da Polícia, membro desta Casa, foi de extrema importância para todos nós naquele episódio, porque permanecemos, Deputado Duílio e Deputado Nereu, até as duas e meia, três horas da madrugada naquele dia, procurando evidentemente achar uma solução para o impasse.

Eu quero agradecer a atenção de todos e dizer mais uma coisa, Senhor Presidente, que a reflexão e os pecadores não podem pagar pelos pecados dos outros. E a minha grande preocupação, quando voltei uma vez mais àquela região como Presidente desta Comissão e tive a oportunidade de ver crianças descalças, aonde passaram mais de 48 horas, ou 72 horas praticamente sem alimentos, se nós queremos consertar este mundo, temos que começar com uma ação concreta entre nós todos, que somos homens conscientes, e aquelas crianças que passaram quase 72 horas sem alimentos também passaram por um processo de injustiça, porque são inocentes e estavam pagando com o seu sofrimento, por ações erradas ou certas, por uma ação brutal que aconteceu lá, que não poderia encerrar também sem colocar a público a minha revolta por tudo isto, porque quando se toca nas crianças, quando você vê criança, você se torna impotente naquela hora, porque você não tem o poder de decisão; porque naquele momento eu falava com o José Tavares dizendo o seguinte: "Na pior das hipóteses, coloquem

os duzentos homens na cadeia aí, mas liberem essas crianças, que vão comer, voltem para o lugar daonde eles vieram".

Este, Nereu, foi mais uma vez um questionamento que serviu para mim, e vai servir para a minha vida toda. As crianças não podem pagar pelo pecado dos adultos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

Bloco Parlamentar Independente.

(Declina)

Partido Trabalhista Brasileiro.

(Declina)

Partido da Frente Liberal.

(Declina)

Partido Progressista.

(Declina)

Partido Liberal.

(Declina)

No horário da Liderança do PDT, com a palavra a Deputada Emilia Belinati.

A SRA. EMILIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Voltamos a nos reunir para dar início a mais uma semana de trabalho. Mas esta semana não é uma segunda-feira como outra qualquer. Hoje é dia 08 de março, "Dia Internacional da Mulher".

Em razão desta data, aproveito para cumprimentar todas as mulheres através da servidora desta Casa, das jornalistas, dos visitantes aqui presentes, das funcionárias das comissões, das funcionárias dos gabinetes, especialmente as funcionárias que prestam serviços no meu gabinete.

(Lê): Julgo a questão da mulher um tema importante para refletirmos nesta tarde. Principalmente porque nós, Senhores Deputados, temos uma responsabilidade especial sobre tudo o que diga respeito à sociedade, que seja do interesse dela. Afinal de contas, foi para isso que essa mesma sociedade nos colocou aqui: para representá-la e resguardar seus direitos.

Entendo a questão do desemprego como um dos mais graves problemas do momento. Essa falta de postos no mercado de trabalho não poupa ninguém, sejam homens ou mulheres. Ou até mesmo, entre eles, os mais jovens e preparados. Mas desse profundo desequilíbrio resulta alguém que é duplamente penalizado: a mulher sofre mais as consequências do desemprego pelo fato de ser mulher. Além do recente processo de qualificação que permite a ela competir em pé de igualdade com o homem no mercado de trabalho, muitos empregadores ainda entendem ser melhor empregar um homem quando há poucas vagas disponíveis, seja porque se trata de um homem, seja porque geralmente é ele o sustentáculo econômico da família. Não se considera, no caso da mulher, que também o seu companheiro, o seu

marido, possa estar igualmente desempregado ou que seja ela a responsável pela manutenção do lar.

Em segundo lugar, a mulher é penalizada pela insatisfação econômica, pela ansiedade gerada por essa situação. Muitos companheiros, pais, irmãos e namorados, quando se sentem insatisfeitos, frustrados, descarregam toda a sua carga negativa na companheira, na esposa, nas filhas, nas irmãs, nas namoradas. E, infelizmente, esses casos não são poucos.

As estatísticas são muito duras sobre os casos de agressões à mulher. Elas crescem mês a mês. Nas segundas-feiras, especialmente, as denúncias de maus tratos pipocam mais do que nos outros dias da semana. Dizem que a bebida consumida no final de semana faz com que o instinto agressivo de alguns homens dados à violência fique exarcebado. Esse é um triste sintoma de que a família está se desagregando e levando, nessa desordem, todos os seus membros.

Senhores Parlamentares, isso acontece no Paraná, um Estado tido como próspero. Mas onde a violência vitima mulheres e crianças. E onde elas são obrigadas a se sujeitar ao sub-emprego para poderem sobreviver. Que o digam aquelas obrigadas a vender sua força de trabalho nas lavouras de algodão do nosso Estado como bóias-frias. Os jornais já denunciaram o problema: mães são obrigadas a deixar seus filhos de até quatro anos de idade engrosarem essa força de trabalho. Para terem o que comer.

E nós, senhores representantes do povo: o que fazemos quanto a isso?

O problema que era da mulher, do pai, da família, agora é do Estado. Sempre foi, na verdade, já que esse Estado - e eu falo Estado no sentido de País - não dá condições mínimas de sobrevivência principalmente aos seus filhos mais carentes.

Temos uma Constituição Federal que garante direitos a todos. E direitos no mais amplo e possível sentido. Só que, na prática, não funciona. Temos lutado, e continuaremos lutando, para regulamentar as matérias que ainda não são auto-aplicáveis.

Isso também vale para a esfera Estadual. A Constituição Paranaense também garante os mais amplos direitos. Mas entre a letra da Lei e a prática cotidiana existe um fosso enorme. Vejamos o caso do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Paraná. Criado e instalado a duras penas, ele ainda sofre com os vetos governamentais. Vetos esses que atingem principalmente a parte financeira do órgão. Devo dizer que conto sinceramente com o apoio e o empenho dos senhores, para que derrubemos esses vetos e deixemos respirar livremente o Conselho. Pois ele nas-

ceu para defender os interesses da infância e da adolescência carentes do Paraná.

Do mesmo modo que seus filhos, também as mulheres paranaenses sofrem por causa da distância existente entre a lei e a prática. A Constituição diz, por exemplo, e para voltarmos à questão da mulher vítima de violência, que o Estado deve providenciar abrigos e albergues para acolhê-la. Um projeto neste sentido partiu desta Casa, mas o Governador vetou. E até agora não foi tomada nenhuma providência. Vamos, pois, exigir do Governador do Estado que mande a sua mensagem propondo a regulamentação da matéria. Pois se ele acha que daquele jeito não estava bom, que apresente a sua idéia. Ela será mais que bem-vinda.

Na mesma Constituição Estadual, consta que os Servidores Públicos Estaduais têm direito à creche para seus filhos de até seis anos de idade. Pois bem: Onde está a Creche? Volto a insistir no assunto e, hoje, apresento um requerimento para formalizar uma decisão que já deveria ter sido tomada. E vejam que não é só a Assembléia Legislativa do Paraná que está em débito: o Executivo também não providenciou para que os filhos dos seus servidores fossem atendidos com as creches. Apenas o Tribunal de Justiça, no Poder Judiciário, é exemplo a ser seguido. Vamos, por favor, utilizar as instalações de que a Assembléia já dispõe para fazer funcionar a nossa creche.

É mais do que hora. Crianças pequenas não podem mais ficar sozinhas em casa ou nos corredores da Assembléia porque a Casa não dispõe de creche e seus pais não têm dinheiro para pagar babá. Muitos servidores já vieram a mim se queixar do problema. Ainda com esse espírito de respeitar a Constituição e as cidadãs a quem representamos, vamos providenciar o atendimento integral à saúde da mulher. Muitos postos não estão aparelhados para prestar esse atendimento. Vamos tomar como exemplo a Maternidade Municipal de Londrina, que oferece um serviço completo, da mais alta qualidade.

Por último, Senhores Deputados, vamos trabalhar para pagar salários justos aos servidores estaduais. Vemos uma categoria penalizada com reajustes irreais, reflexo de uma inflação impiedosa que não poupa ninguém. Mas que, no Paraná, faz dos Servidores Estaduais suas maiores vítimas. Afinal, a irredutibilidade salarial também é garantia constitucional.

Atender à mulher, à criança, e o adolescente, à família, parece algo tão complexo, tão demorado! Mas está tão ao nosso alcance! É só começar a mudar o que está a nossa volta, mais próximo. Estaremos, assim, resolvendo um problema que não é só

da mãe, do pai, da família: é um problema nosso.

Repito, Senhores Deputados: a criação de albergues e abrigos para a mulher vítima da violência, a instalação de creches no serviço público estadual, o serviço de atendimento integral à saúde da mulher e o estabelecimento de uma política salarial, dependem também da nossa iniciativa, do nosso trabalho, do nosso empenho.

Espero, sinceramente, ter outros assuntos de que falar no próximo dia 08 de março."

Quero aproveitar também esse Horário, para somar-me ao pronunciamento do Deputado Algaci Túlio com relação ao pedido ao Governador do Estado para que prorrogue o prazo de validade para o concurso de Peritos Criminais, pois muitos dos que prestaram concurso, estavam trabalhando e deixaram seu trabalho para fazer um treinamento para posteriormente ser contratado pelo Governo do Estado, e até hoje ainda não foram contratados e o prazo de validade do concurso já venceu.

Queremos nos somar ao pronunciamento do Deputado Algaci Túlio e fazer um apelo para o Governador do Estado para que prorrogue esse prazo, contrate os Peritos Criminais.

No ano passado, fizemos parte de uma comissão formada pela Casa para verificar o problema da segurança pública na Cidade de Londrina, juntamente com o Deputado Alborghetti e o Deputado Heinz, e enviamos um relatório ao Governador do Estado, ao Secretário de Segurança Pública, pedindo providências com relação à contratação de Peritos, porque as polícias criminalísticas do Estado do Paraná hoje contam com o mesmo número de funcionários que contava há 20 anos atrás.

Então, fica aqui o nosso apelo, a nossa solidariedade aos Peritos Criminais que vieram nesta tarde a esta Casa pedir ao Governador que prorrogue o prazo.

Então, queremos cumprimentar o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, e somarmo-nos a ele e ao do Doutor Rosinha também, com respeito à violência que a mulher sofre e pedir ao Governador que tenha sensibilidade e que tome providência para que abrigos sejam construídos para abrigar estas mulheres vítimas de sua própria família, da sociedade e do homem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 46 Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pe-

lo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na qualidade de Líder do BPI, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões desta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados como vice-líderes desta bancada nesta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco para os vetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.- **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/92, Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 381/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e Outros, que regulamenta o artigo 17, inciso IV da Constituição Estadual e adota outras providências (criação, organização e supressão de distritos). COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELA PLENÁRIA.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 031/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 381/91, por julgar a parte vetada inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei Complementar em refe-

rência objetiva estabelecer critérios e requisitos para criação, organização e supressão de distritos, através de leis municipais, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições constantes do art. 6º.

O não acolhimento ao mencionado art. 6º decorre da inconstitucionalidade do mesmo, porque, visando estabelecer a figura funcional remunerada de "administrador distrital", extrapola o contido no art. 17, inciso IV, da Constituição Estadual, cujo preceito confere à lei estadual apenas definição de critérios básicos para criação, organização e supressão de distritos. Tal dispositivo, se adotado, estaria ferindo a autonomia das administrações municipais por assegurar remuneração para uma função que poderá ser considerada como de natureza honorífica e, portanto, passível de ser exercida sem ônus para o erário.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DO VETO Nº 79/92

P A R E C E R

A Proposição de Veto em tela cumpre os critérios formais à sua normal tramitação e apreciação por esta Assembléia Legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 101/92, Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 305/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 280/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 305/92, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, reajustar seus vencimentos e adotar outras providências, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do parágrafo único do art. 6º e sobre os anexos VI e VII dele decorrentes, mantidos os respectivos incisos.

O não acolhimento ao mencionado parágrafo e seus anexos deveu-se ao simples fato de que a medida como vem colocada, se acolhida, implicaria em efeito retroativo de gratificação nova, o que não foi considerado cabível, mesmo porque a concessão de tal gratificação dependerá de regulamentação a ser baixada pelo Senhor Procurador-Geral da Justiça.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 101/92

PARECER:

A Proposição em tela traz veto parcial ao Projeto de Lei nº 305/92, que foi comunicado a essa Casa pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício nº 287/92, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação desta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Sr. Governador vetou parcialmente o referido Projeto em seu art. 6º e sobre os anexos VI e VII dele decorrentes, mantidos os respectivos incisos. A razão exposta pelo chefe do Poder Executivo para o mencionado veto deveu-se ao fato de que se acolhida a medida implicaria em efeito retroativo de gratificação nova, não considerada como cabível, mesmo porque a concessão dessa gratificação dependerá de regulamentação a ser baixada pelo Procurador Geral de Justiça.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

Sala das Comissões, em 17.11.92

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente;  
HERMAS BRANDAO - Relator.

A Mesa esclarece ao Plenário que, para votação da Proposição nº 101/92, veto aposto ao Projeto de Lei nº 305/92, adotará o disposto pelo § 4º do artigo 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Sr. 1º Secretário

Curitiba, segunda, em 08.03.93

(que procederá à chamada nominal duas vezes), o Deputado deverá se dirigir à Mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Sr. 1º Secretário. A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável (localizada à direita da Mesa), em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo as expressões "sim" e "não".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão "sim". Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "não".

Após haver feito sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto, com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que vinte e oito (28) Senhores Deputados votem "não", conforme previsão da parte final do § 4º do artigo 71 da Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Solicito ao 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Zuk, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Votando SIM - manutenção do veto.

Votando NAO - rejeição do veto e, conseqüentemente, aprovação dos projetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Zuk)  
Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Trinta e três senhores Deputados compareceram à votação.

Designo Comissão integrada pelos Deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins e Cleiton Quielse para promoverem o escrutínio da votação.

(Pausa).

A Mesa anuncia o resultado do escrutínio: um voto nulo. Pela rejeição, 9. Vinte e três "sim".

Estão mantidos os vetos.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Sobre a Mesa, Requerimento nº 222, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 217, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 211, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Paulo Maia, Luiz Carlos Zuk e Colombino

Grassano, constante do expediente. A Comissão Executiva para apreciar.

Requerimento n° 202, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 206, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 209 e 210, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 207, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 212, 213 e 214 de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 215, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, com apoio dos Srs. Deputados Djalma de Almeida César, Osvaldo Trevisan, Domingos Carvalho e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 220 e 221, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constan-

tes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 223, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 204, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 007, 036, 040, 069, 090, 091 e 092/92.

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 016/92.

Levanta-se a sessão.



ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM  
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245  
PAG. - 1  
DATA - 30.11.92

ÓRGÃO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

NO MÊS

ATÉ O MÊS

ORÇAMENTÁRIA		R E C E I T A	
RECEITAS CORRENTES			
Receita tributária .....	0,00		0,00
Receita de contribuições .....	0,00		0,00
Receita patrimonial .....	0,00		0,00
Receita agropecuária .....	0,00		0,00
Receita industrial .....	0,00		0,00
Receita de serviços .....	0,00		0,00
Transferências correntes .....	20.400.000.000,00	84.880.000.000,00	
Outras receitas correntes .....	372.805,54	14.087.542,57	
	20.400.372.805,54	84.894.087.542,57	
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de crédito .....	0,00		0,00
Alienação de bens .....	0,00		0,00
Amortização de empréstimos .....	0,00		0,00
Transferências de capital .....	0,00		0,00
Outras receitas de capital .....	0,00		0,00
	0,00		0,00
	20.400.372.805,54	84.894.087.542,57	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Débitos de tesouraria .....	0,00	16.301.421,94	
Depósitos de diversas origens....	215.225.025,84	5.609.349.010,53	
Depósitos extraordinários .....	6.934.289.495,70	26.011.179.372,48	
Acordos e Convênios .....	0,00	0,00	
Contas a regularizar .....	0,00	0,00	
Outras operações .....	0,00	0,00	
	7.149.514.521,54	31.636.829.804,95	
SALDOS DO MÊS ANTERIOR			
Caixa .....	0,00		0,00
Bancos conta movimento .....	15.162.182.588,08	2.252.882.942,59	
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00	
Conta aplicações financeiras....	0,00	0,00	
Conta poupança .....	0,00	0,00	
	15.162.182.588,08	2.252.882.942,59	
T O T A L .....		42.712.069.915,16	118.783.800.290,11

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR  
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245

PAG. - 2

ÓRGÃO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

DATA - 30.11.92

NO MÊS

ATÉ O MÊS

## D E S P E S A

## ORÇAMENTÁRIA

## DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio .....	13.909.367.479,01	57.046.267.432,04
Transferências correntes .....	5.097.094.819,91	22.259.447.174,35
	19.006.462.298,92	79.305.714.606,39

## DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos .....	0,00	0,00
Inversões Financeiras .....	0,00	0,00
Transferências de Capital .....	0,00	0,00
	0,00	0,00

## EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar		
Pagamentos.....	0,00	43.989.269,12
Cancelamentos.....	372.805,54	14.087.542,57
	372.805,54	58.076.811,69

Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	0,00	5.135.777.540,40
Depósitos extraordinários .....	5.593.808.707,44	16.172.805.228,37
Acordos e convênios .....	0,00	0,00
Contas a regularizar .....	0,00	0,00
Outras operações .....	0,00	0,00
	5.593.808.707,44	21.308.582.768,77
	5.594.181.512,98	21.366.659.380,46

## SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa .....	0,00	0,00
Bancos conta movimento .....	18.111.426.103,26	18.111.426.103,26
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras ....	0,00	0,00
Conta poupança .....	0,00	0,00
	18.111.426.103,26	18.111.426.103,26

T O T A L.....42.712.069.915,16

118.783.800.290,11

ABIB MIGUEL  
Diretor GeralGABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DATEDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR  
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245

PAG. - 1

ÓRGÃO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

DATA - 31.12.92

NO MÊS

ATÉ O MÊS

ORÇAMENTÁRIA RECEITA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária .....	0,00	0,00
Receita de contribuições .....	0,00	0,00
Receita patrimonial .....	0,00	0,00
Receita agropecuária .....	0,00	0,00
Receita industrial .....	0,00	0,00
Receita de serviços .....	0,00	0,00
Transferências correntes .....	31.897.568.000,00	116.777.568.000,00
Outras receitas correntes .....	0,00	13.901.139,80
	31.897.568.000,00	116.791.469.139,80

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito .....	0,00	0,00
Alienação de bens .....	0,00	0,00
Amortização de empréstimos .....	0,00	0,00
Transferências de capital .....	0,00	0,00
Outras receitas de capital .....	0,00	0,00
	0,00	0,00
	31.897.568.000,00	116.791.469.139,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Débitos de tesouraria .....	0,00	16.301.421,94
Depósitos de diversas origens....	206.618.306,08	5.815.967.316,61
Depósitos extraordinários .....	6.757.858.349,60	32.769.037.722,08
Acordos e Convênios .....	0,00	0,00
Contas a regularizar .....	0,00	0,00
Outras operações .....	0,00	0,00
	6.964.476.655,68	38.601.306.460,63

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa .....	0,00	0,00
Bancos conta movimento .....	18.111.426.103,26	2.252.882.942,59
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras.....	0,00	0,00
Conta poupança .....	0,00	0,00
	18.111.426.103,26	2.252.882.942,59

T O T A L .....56.973.470.758,94

157.645.658.543,02

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM			CELEPAR	REF. -	SCM245
BALANCETE FINANCEIRO				PAG. -	2
ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ			B09	DATA -	31.12.92
-----					
NO MÊS			ATÉ O MÊS		

D E S P E S A

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio .....	21.856.197.279,57	78.902.464.711,61
Transferências correntes .....	11.310.546.992,61	33.569.994.166,96
	33.166.744.272,18	112.472.458.878,57

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos .....	0,00	0,00
Inversões Financeiras .....	0,00	0,00
Transferências de Capital .....	0,00	0,00
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar		
Pagamentos.....	0,00	43.989.269,12
Cancelamentos.....	0,00	13.901.139,80
	0,00	57.890.408,92
Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	388.305.452,02	5.524.082.992,42
Depósitos extraordinários .....	4.441.760.570,00	20.614.565.798,37
Acordos e convênios .....	0,00	0,00
Contas a regularizar .....	0,00	0,00
Outras operações .....	0,00	0,00
	4.830.066.022,02	26.138.648.790,79
	4.830.066.022,02	26.196.539.199,71

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa .....	0,00	0,00
Bancos conta movimento .....	18.976.660.464,74	18.976.660.464,74
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras ....	0,00	0,00
Conta poupança .....	0,00	0,00
	18.976.660.464,74	18.976.660.464,74

T O T A L.....	56.973.470.758,94	157.645.638.543,02
----------------	-------------------	--------------------

ABIB MIGUEL	GABRIEL LUIZ FRANCESCHI	EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Geral	Diretor do DAT	Coord. de Contabilidade

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR  
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245  
PAG. - 1  
DATA - 29.01.93

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

NO MÊS

ATÉ O MÊS

R E C E I T A

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária .....	0,00	0,00
Receita de contribuições .....	0,00	0,00
Receita patrimonial .....	0,00	0,00
Receita agropecuária .....	0,00	0,00
Receita industrial .....	0,00	0,00
Receita de serviços .....	0,00	0,00
Transferências correntes .....	31.350.000.000,00	31.350.000.000,00
Outras receitas correntes .....	0,00	0,00
	31.350.000.000,00	31.350.000.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito .....	0,00	0,00
Alienação de bens .....	0,00	0,00
Amortização de empréstimos .....	0,00	0,00
Transferências de capital .....	0,00	0,00
Outras receitas de capital .....	0,00	0,00
	0,00	0,00
	31.350.000.000,00	31.350.000.000,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Débitos de tesouraria .....	3.572.737,00	3.572.737,00
Depósitos de diversas origens....	141.698.288,88	141.698.288,88
Depósitos extraordinários .....	7.371.220.526,30	7.371.220.526,30
Acordos e Convênios .....	0,00	0,00
Contas a regularizar .....	0,00	0,00
Outras operações .....	0,00	0,00
	7.516.491.552,18	7.516.491.552,18

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa .....	0,00	0,00
Bancos conta movimento .....	18.976.660.464,74	18.976.660.464,74
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras....	0,00	0,00
Conta poupança .....	0,00	0,00
	18.976.660.464,74	18.976.660.464,74

T O T A L .....57.843.152.016,92

57.843.152.016,92

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR  
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245  
PAG. - 2  
DATA - 29.01.93

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

NO MÊS

ATÉ O MÊS

D E S P E S A

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio .....	19.797.277.797,00	19.797.277.797,00
Transferências correntes .....	6.644.612.720,08	6.644.612.720,08
	-----	-----
	26.441.890.517,08	26.441.890.517,08

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos .....	0,00	0,00
Inversões Financeiras .....	0,00	0,00
Transferências de Capital .....	0,00	0,00
	-----	-----
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar		
Pagamentos.....	580.247.898,60	580.247.898,60
Cancelamentos.....	0,00	0,00
	-----	-----
	580.247.898,60	580.247.898,60
Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	0,00	0,00
Depósitos extraordinários .....	2.863.004.972,26	2.863.004.972,26
Acordos e convênios .....	0,00	0,00
Contas a regularizar .....	0,00	0,00
Outras operações .....	0,00	0,00
	-----	-----
	2.863.004.972,26	2.863.004.972,26
	-----	-----
	3.443.252.870,86	3.443.252.870,86

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa .....	0,00	0,00
Bancos conta movimento .....	27.958.008.628,98	27.958.008.628,98
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras ....	0,00	0,00
Conta poupança .....	0,00	0,00
	-----	-----
	27.958.008.628,98	27.958.008.628,98

T O T A L.....57.843.152.016,92

57.843.152.016,92

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade